



Estudantes do Povo

Órgão Informativo do Movimento Estudantil Popular Revolucionário - Nº 10 - julho de 2008 - www.mepr.org.br - Tel.: (31) 3222.0216 - Preço: R\$ 1,00



Rebelar-se é justo!

Manifestação contra a reunião do G8 na Itália em 2007

O Movimento Estudantil e a democracia na Universidade

página 06



Assembléia estudantil na UnB

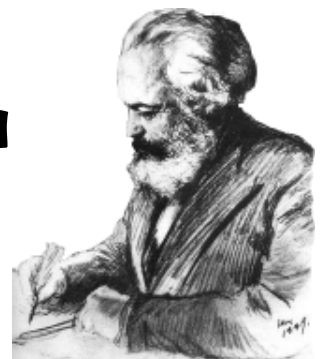
Leia nesta edição:

A entrega da Amazônia	<i>página 03</i>
Derrotar o governismo na ExNEPe	<i>página 10</i>
As massas derrubam a monarquia no Nepal	<i>página 12</i>
Saudações revolucionárias a Edson Luis	<i>página 16</i>

Ciência:

Marx e a violência revolucionária

página 05



Defender a Amazônia!

Rebelar-se é justo!

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.” Bertold Brecht

O povo brasileiro é vítima da violência do Estado todos os dias. Fome, miséria, epidemias, exploração e repressão. A colossal alta dos preços dos alimentos (o quilo do feijão chegou ao absurdo de R\$6,00 e o saco de arroz a R\$15,00), 260 bebês recém-nascidos mortos assassinados este ano pela negligência do governo na Santa Casa, em Belém do Pará. É uma lista sem fim.

Em junho assistimos aos revoltantes e inaceitáveis episódios do Morro da Providência no Rio de Janeiro, quando três jovens trabalhadores foram seqüestrados e torturados por soldados do exército que ocupam o morro, e entregues a traficantes de uma favela vizinha para serem executados. Semanas depois as tropas assassinas da PM do Rio (uma das poucas que é armada de fuzis) metralharam um carro onde estavam uma mulher e seus dois filhos pequenos, assassinando brutalmente o pequeno João Roberto com um tiro na nuca. Uma semana depois uma jovem estudante foi assassinada no Paraná pela polícia que novamente metralhou um automóvel sem saber quem o ocupava. E poucos dias depois mais dois jovens são mortos pela polícia carioca.

Ao contrário do que dizem, e a imprensa venal alardeia, esse massacre diário contra o povo não se trata de “casos isolados” e muito menos de “falta de preparo” das forças de repressão do velho Estado. Somente no último ano mais de 1330 pessoas foram assassinadas pelas polícias no estado do Rio de Janeiro. Essa é exatamente a orientação que elas recebem em seus treinamentos. Esses episódios confirmam uma verdade inquestionável: as forças repressivas do velho Estado servem para oprimir e massacrar o povo.

É assim que vemos todos os dias, o aparato repressivo desse Estado atacar o povo pobre com uma fúria sanguinária. O Exército brasileiro é o mesmo do gerenciamento militar fascista, que assassinou e “desapareceu” com milhares de revolucionários, democratas, estudantes, operários e camponeses e não tem nada de defensor das tradições democráticas em nosso país. Praticou o genocídio na guerra do Paraguai como instrumento do colonialismo inglês; desenvolveu-se na repressão e massacres de camponeses em Canudos, Caldeirão, Pau de Colher, Contestado e cumpriu a sua função de cão de fila do latifúndio e do imperialismo no combate e repressão da heróica Guerrilha do Araguaia.

Enquanto o Exército brasileiro massacra o nosso povo e persegue camponeses, faz juras de defesa da democracia, da pátria e de nossa soberania. Mas não toma a mínima atitude para impedir a invasão e controle de vastas regiões da Amazônia por potências

estrangeiras, principalmente os ianques. As riquezas minerais e da biodiversidade são saqueadas e há milhares de ong’s que, sob o manto do ambientalismo, controlam grandes áreas de nosso território.

Em cada luta do povo, um ato justo de rebelião!

Os moradores do Morro da Providência juntamente com o povo pobre do Rio deram a única e legítima resposta possível: a justa rebelião! Desceram o morro, enfrentaram a polícia e o exército, interromperam o trânsito, incendiaram e apedrejaram ônibus. Não fossem estas combativas ações, que obrigaram alguns órgãos de imprensa a investigar o caso, os três trabalhadores mortos engrossariam a macabra estatística de “traficantes mortos em confronto com as forças da ordem”.

E ainda há quem diga, geralmente ideólogos burgueses e os monopólios de comunicação, que isso não leva a nada, que violência gera mais violência!

Pois bem, essa violência das massas exploradas e oprimidas é a resposta à permanente violência a que estão submetidas, praticada fundamentalmente por este velho Estado. É o rio caudaloso de revolta do qual fala o teatrólogo revolucionário, Bertolt Brecht.

Repetidas vezes vemos os monopólios de comunicação despejando sua propaganda odiosa sobre os pobres que se rebelam. Criam um ambiente de histeria contra o povo e incitam a mais brutal repressão contra ele.

E fazem isso porque o momento em que vivemos é notadamente de um crescimento do protesto popular. Greves, manifestações, lutas e mais lutas se espalham pelo país. Até o fechamento dessa edição do Jornal Estudantes do Povo, os petroleiros da bacia de Campos e os trabalhadores dos correios se encontram em greve. Os trabalhadores do transporte da carga pararam o porto de Santos, o mais importante do país. Os professores paulistas estiveram em greve e fizeram manifestações com dezenas de milhares de pessoas.

As massas camponesas não param de lutar e avançam com tomadas de terra por todo país. A Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), é novamente dos camponeses! Foi retomada a terra regada com sangue da heróica resistência camponesa de 9 de agosto de 1995, a mais importante batalha de camponeses pobres contra o latifúndio e as forças do velho Estado das últimas décadas, marco na luta pela terra em nosso país!

Na UnB milhares de estudantes ocupam a reitoria e derrubam o reitor. E na Unifesp centenas de estudantes revoltados invadem a reitoria!

É a resposta do povo a décadas de miséria, da retirada de direitos, da podridão do oportunismo, de séculos de dominação estrangeira, de matança generalizada de filhos e filhas do povo, de violência constante contra os pobres, da escravidão assalariada, do latifúndio semifeudal. Toda revolta fruto de um sistema social onde os que trabalham não possuem nada e um punhado de parasitas que nada produz possui tudo.

Ontem e hoje o caminho é a revolução!

Mais uma vez estamos às vésperas das eleições municipais e as classes dominantes se regozijam. Apesar de toda propaganda querendo passar esse embuste como festa de democracia, as massas cada vez se convencem mais que essas eleições burguesas são uma farsa. A verdade é que pelo voto nada mudará para o povo. O caminho da transformação social é o caminho da revolução.

O sistema capitalista foi instaurado porque a burguesia lançou mão da violência revolucionária para derrubar as classes feudais do poder de Estado. A revolução burguesa como todas que a precederam ocorreram de forma espontânea. Eram revoluções que destruíam a velha ordem social mas que não eliminavam a exploração do homem pelo homem. Novas classes dominantes assumiam o poder, avançava-se o processo civilizatório com a destruição da velha ordem social, mas a exploração e a opressão não eram eliminadas. O homem continuava sendo o lobo do homem.

A revolução proletária, que está na ordem do dia, só poderá ocorrer de forma consciente. Pela primeira vez na história uma classe oprimida, o proletariado, classe completamente despossuída de meios de produção, pode liderar todas as demais classes exploradas da sociedade para pôr fim à sociedade de classes.

As massas populares só são exploradas e oprimidas porque estão desorganizadas. Trata-se de organizar o poder desorganizado das massas. Esta é a tarefa que cabe ao proletariado realizar, orientado por sua ideologia científica e será concretizada pelo caminho da violência revolucionária.

Proletariado e luta de libertação nacional, forças motoras da revolução mundial

O imperialismo, última etapa do capitalismo, é o regime da fome e miséria, da agressão aos povos, do

saque, da destruição do meio natural, do genocídio, das guerras, do terror sem fim. Mas onde há opressão, há resistência. É uma lei da história.

No Iraque e no Afeganistão a guerra de guerrilhas enfrenta os maiores e mais sanguinários exércitos do mundo. Os ianques e demais forças imperialistas de ocupação estão atolados num pântano. Mais cedo ou mais tarde serão expulsos do país pelo povo em armas. As heróicas resistências iraquiana e resistência afegã são um alento à luta de libertação de todos os povos do mundo. Elas são a prova que o imperialismo pode ser derrotado, que o imperialismo é um tigre de papel.

No Nepal, um vigoroso processo revolucionário derrubou, do alto do Himalaia, uma das monarquias mais atrasadas do mundo e instaurou a república. Vitória da irresistível rebelião das massas, que se desenvolveu como uma estrondosa guerra popular, dirigida pelo Partido Comunista do Nepal (Maoísta) e que durante 13 anos vem organizando o poder popular e combatendo os reacionários e o imperialismo no Nepal. Na Colômbia, mesmo com toda intervenção ianque, persiste a guerrilha comandada pelas FARC-EP. Os povos do Peru, Turquia, Filipinas, Índia seguem também o caminho da guerra popular. Em todo o mundo, o povo em armas enfrenta o imperialismo e a reação, servindo como um luminoso farol apontando um futuro radiante para a humanidade!

Estudar, compreender e propagandear a necessidade histórica da violência revolucionária, como uma lei científica, é tarefa central para os verdadeiros revolucionários.

A juventude rebelde e os estudantes brasileiros vibram com as brilhantes perspectivas e com esses momentos! Os levantamentos do povo em nosso país são parte integrante dessa onda de rebeliões e revoltas que varrem todo o mundo. Rebelar-se é justo! Contra a violência desse Estado! Rebelar-se é justo contra as reformas do imperialismo! Rebelar-se é justo contra a miséria de nosso povo! Rebelar-se é justo por uma verdadeira e nova democracia!



Estudante chileno constroe com a barricada em junho de 2008.

A entrega da Amazônia

A região amazônica é alvo da cobiça internacional desde o período colonial. Quanto mais se impulsionou o desenvolvimento e expansão capitalistas mais ela tornou-se objeto da rapina das potências estrangeiras. Ao longo de todo o século XX, particularmente após a Segunda Guerra Mundial com a hegemonia norte-americana no mundo capitalista, com o concurso dos governos lacaios da região as potências imperialistas intensificaram o saqueio de seus recursos. No caso do Brasil, foi principalmente com o advento do gerenciamento militar (de 1964 a 1985), que as já poucas e frágeis salvaguardas da soberania nacional passaram a ser violadas sistemática e inconstantemente, num crescente processo de desnacionalização da região amazônica.

Foi sob o patrocínio do regime militar através dos megaprojetos de mineração e incorporação de terras por corporações transnacionais que se acelerou a recolonização da Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo que também se intensificavam as missões religiosas estrangeiras nas aldeias indígenas da região, bem como das ONG's "ambientalistas", estas a partir do final da década de 1970 em diante.

Em 1992, com a realização da ECO 92, foi lançada abertamente pelas "agências multilaterais de desenvolvimento" (BM, BIRD, FMI, OMC, órgãos de controle e intervenção do capital financeiro) e ONG's "ambientalistas" a campanha pela internacionalização da Amazônia, sob o argumento falso de que nela se localiza o "pulmão do mundo", com o apelo demagógico de que é "patrimônio da humanidade", e que portanto, urge deter a destruição da floresta, o que os governos locais não estariam assegurando e não tinham capacidade para fazê-lo.

ONG's, instrumento do imperialismo

Nas últimas duas décadas vimos crescer como avalanche as intervenções estrangeiras através dos governos lacaios, sempre sob o manto da "ajuda" financeira e técnica. Não bastassem a proliferação de ONG's, de "projetos de interesse científico", o domínio das Universidades, principalmente da região e a criação de projetos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, informação e controle sobre a biodiversidade da floresta, tais como o INPE e SIVAM, controlados pelas agências governamentais norte-americanas.

Nos últimos meses estamos vendo uma onda nos órgãos da imprensa imperialista questionando a capacidade dos brasileiros de gerirem a floresta. Argumentam astutamente que se a região ficar em mãos do Brasil a floresta

será destruída e a espécie humana poderá desaparecer para sempre uma vez que não suportaria as fortes mudanças climáticas. A ofensiva dessa campanha insidiosa pode ser verificada na manchete do jornal New York Times do dia 28 de maio última "Afinal de quem é a Amazônia?"

A intensificação do debate em dita imprensa se dá precisamente pelo fato de que a crise econômica do imperialismo cresce colossalmente, colocando a intensificação da exploração da região e a busca por apoderar-se das suas imensas riquezas na ordem do dia.

A diversidade dos recursos vegetais, animais e minerais – florestas, rios, fauna, flora, solo, estanho, ouro, diamantes, topázio, cassiterita, nióbio, petróleo, gás, etc. – é imensa. Por detrás de fachadas como ONG's ambientalistas e missões religiosas milhares de agentes do imperialismo ocupam a região. Atualmente estima-se que 100.000 ONGs atuam na região amazônica. Essas grandes ONGs, financiadas na maior parte pelos imperialistas, são uma estratégia para aumentarem o seu controle e sua presença na Amazônia. Através delas o imperialismo mapeia nossas riquezas, e faz a exploração que precisa. Esta situação se agravou ainda mais com a lei aprovada pelo Congresso, por exigência do gerente Luiz Inácio e "ambientalista" Marina Silva, que regulamenta o aluguel de florestas para uma suposta "exploração sustentável".

Em sua maquinação age sob o manto do "ambientalismo" fazendo uma ou outra denúncia, publicando cartilhas com papéis reciclados, criticando governos e empresas, tudo para gerar opinião pública em prol de "políticas preservacionistas" que expulsem o povo das florestas, impeçam sua ocupação por camponeses e ribeirinhos, enquanto ampliam o controle e domínio sobre imensas parcelas da região amazônica através de mil artifícios.

Estas entidades, hoje, representam a forma mais moderna encontrada pelo imperialismo para espoliar nossas riquezas. A atuação das ONG's já constitui hoje mecanismo satisfatório de domínio colonial da Amazônia. No entanto, no intuito de oficializar e intensificar este controle, o imperialismo, tanto europeu, japonês quanto ianque, tem defendido a demarcação de reservas ambientais pelo Estado Brasileiro. São áreas onde seja proibida a habitação; em geral sobre jazidas de minerais valiosos importantes para suas corporações industriais, tudo sob o manto deste discurso ambientalista mais cínico.

Portanto nada falam da devastação que fizeram em seus próprios países. Tanto não preservam a natureza que, seja na América do Norte ou na Europa, grandes florestas já foram

destruídas pela exploração irracional que fazem em busca do lucro máximo. Segundo pesquisa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura), dos 100% de florestas originais da Europa hoje só restam 0,3%. Significa que o imperialismo europeu desmatou 4,67 dos 4,7 milhões de quilômetros quadrados de mata primária do continente (sem considerar a Rússia). O imperialismo norte-americano, também com sede de lucro, devastou 65,6% de suas florestas primárias originais. Em cinco séculos de exploração colonial e semicolonial, Portugal, Inglaterra, USA e etc, devastaram a Mata Atlântica, a Caatinga, o Cerrado, a floresta de Araucária em nosso país. Com a atuação predatória das classes dominantes já foram devastadas 30,6% em espaço brasileiro e o país hoje é alvo mundial de potências estrangeiras, que como já destruíram tudo em seus territórios, querem agora acabar com o que é nosso. Tudo isso para servir aos interesses de suas corporações intensificando a exploração de nossas riquezas e de nosso povo.

Crise mundial do capitalismo e pugnas pela exploração da Amazônia

Em decorrência da crise do sistema imperialista em escala mundial, as disputas entre os grupos de poder das potências imperialistas e da grande burguesia local começam a se tornar mais intensas. São disputas pelo controle das riquezas da região e sobre a forma de sua exploração.

Exploração imediata por transnacionais dos ramos alimentícios e de mineração, juntamente com o latifúndio e a grande burguesia local, para aumentar a produção de commodities (como soja, cana de açúcar e carne) de extração de madeiras e mineral. Claro, em nome do "desenvolvimento", não importando a conseqüente devastação e principalmente a expulsão e massacres de populações inteiras, sempre exigindo concessões ambientais e a mais sistemática repressão do

Estado para realizarem seus planos.

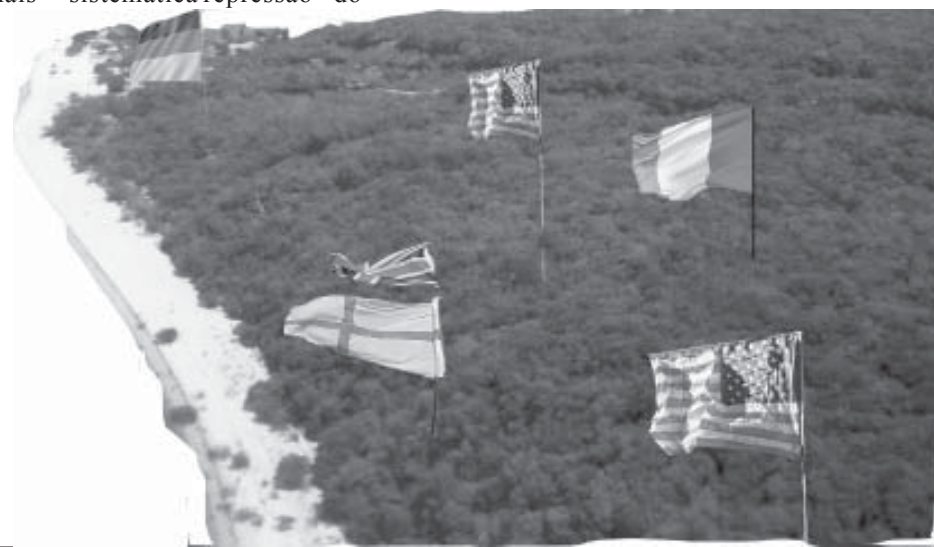
Ou a estratégia dos governos imperialistas que com discurso ambientalista pressionam para o conservacionismo e as "reservas" desta região para guardá-la para seu bote fatal num futuro, enquanto que aplicam formas veladas de sua apropriação e exploração com as mesmas conseqüências ambientais e sociais.

É neste contexto que a saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente foi anunciada em maio último. Marina vinha cumprindo a cartilha dos seus amos no estrangeiro, principalmente os ianques, com seu discurso demagógico de preservação e através de sua ligação íntima com a máfia das King ONGs. Foi ela a grande defensora da aprovação da Lei 11.284/06 – "Lei de Gestão de Florestas Públicas" – pela gerência FMI-PT que oficializa o controle da Amazônia por grandes transnacionais, através da concessão de enorme extensões do território amazônico para exploração por até 60 anos, automaticamente renováveis.

Desta forma, garante o domínio imperialista, encobrindo o entreguismo com as formalidades burocráticas que aparentemente implicam em demora na emissão das concessões.

Já Carlos Minc que a substituiu, por já possuir o título de maior entreguista de áreas ambientais do Rio – onde é secretário de Meio Ambiente – oferece mais conforto à classe latifundiária e burguesia exportadora que aspira a destruição imediata da floresta para a criação de gado, plantação de monoculturas e agronegócio, tudo sustentado nas atrasadas relações de produção semifeudal,

Outros setores da grande burguesia nativa também são contemplados, pois com suas obras de infra-estrutura como (hidrelétrica, estradas de ferro, estradas), grandes madeireiras e mineradoras para enviarem imediatamente as nossas riquezas para além mar, terão lucros estratosféricos além de favorecer também os setores do imperialismo que lucram imediatamente com essa exploração.





Somente os camponeses pobres, os povos originários e as populações ribeirinhas podem fazer uma exploração sustentável da região. A luta dos camponeses pela democratização das terras na Amazônia se transforma imediatamente em uma luta antiimperialista.

Vale citar que a segunda das “dez intenções” que Minc publicou diz: “mais agilidade nos licenciamentos ambientais”.

Governo FMI/PT quer expulsar camponês da Amazônia

Portanto, Minc, assim como Marina, não passa de boneco do imperialismo. Sua presença não põe em risco a política ambiental entreguista, todavia, sua presença no Ministério decide temporariamente pelos interesses da classe latifundiária e da grande burguesia exportadora que coincide com a política ufanista de “crescimento” a qualquer custo do gerente de plantão. Em suas palavras: “A gente vai manter para a Amazônia não só a política que vinha sendo adotada pela ministra Marina Silva, como boa parte de sua equipe, que já se colocou à disposição. Vamos também fazer outras coisas que ela ainda não havia feito e que esperamos ter condições de realizar”.

O fato é que o imperialismo, seja através de ONGs e empresas transnacionais, da grande burguesia ou dos latifundiários, em maior ou menor escala, já de muito tempo pilha as riquezas da Amazônia e independente das pugnas de suas frações e grupos de poder busca intensificar seu domínio e sua ação predatória. São vários milhares de quilômetros quadrados desmatados a cada ano.

O diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o engenheiro Gilberto Câmara, divulgou sua conta de que, tendo por base a média do desmatamento nos últimos 20 anos, “a cada dez segundos uma área semelhante a um campo de futebol é desmatada na Amazônia”. Com inúmeros flagrantes de grandes madeireiras desmatando ilegalmente, de indústrias poluindo o ar, solo, rios e subsolo, e do latifúndio que monta até exército próprio para assegurar a destruição da área, os monopólios de imprensa ainda tentam responsabilizar outros pela destruição, principalmente aos camponeses pobres, atizando e justificando a repressão e massacres sobre eles.

A pergunta que fazemos é: podem os camponeses pobres com seus simples instrumentos de trabalho devastar em proporção tão colossal? Mesmo sendo absurda tal acusação, o povo é sempre o culpado. A perseguição é sistemática e a repressão é a mais brutal contra os camponeses pobres. Enquanto os latifundiários e grandes empresas sequeir são molestados em suas ações criminosas os camponeses pobres, pelas mais injustificadas razões, são alvo das mais absurdas multas, confisco de ferramentas, prisões e todo tipo de abusos e brutalidades por parte do IBAMA, polícias ambientais, militares e federal, inclusive ações intimidatórias por parte do Exército.

Amazônia é do povo brasileiro e só ele pode defendê-la

A verdade é que a única resistência que as classes exploradoras e devastadoras da Amazônia têm encontrado, como não poderia deixar de ser, tem sido a dos pobres que lá habitam, particularmente dos camponeses pobres. O velho Estado Brasileiro semicolonial muito ao contrário de representar qualquer empecilho para o domínio imperialista é o seu instrumento de dominação por excelência. Portanto, as FFAA assistem a tudo que ocorre e estão incorporadas nos programas de treinamentos conjuntos impostos e dirigidos pelos imperialistas ianques. Pronunciamentos descontentes de elementos da alta oficialidade não passam de bravatas patrioteiras sem qualquer significado prático. Na verdade são muito valentes para atacar populações indígenas que lutam por seus territórios ancestrais e camponeses pobres que lutam pela terra.

Por isso há convergência de todo imperialismo ianque, europeu, japonês, etc., da grande burguesia local, dos latifundiários e o gerenciamento do velho Estado no que diz respeito ao despovoamento paulatino da Amazônia. É o que explica a política de massacres feita no campo e a recente briga da diminuição das reservas indígenas, particularmente na região Norte. Além do que

a propaganda enganosa de que a vida na cidade é melhor no intento de seduzir as massas camponesas para migrarem para as cidades.

Diferentemente do que pregam os reacionários, os camponeses pobres, populações ribeirinhas e povos originários (mal denominados por indígenas) não têm interesse em destruir o meio natural. Pelo contrário, inclusive, necessitam das florestas, dos rios limpos, dos animais, da terra, tudo bem conservado, pois dependem destes recursos para caçar, plantar, colher, extrair matérias-primas para confeccionar suas casas, móveis, instrumentos de trabalho, etc. Portanto, os pobres do campo são os mais interessados no uso racional dos recursos naturais.

O acirramento das contradições entre as classes dominantes, deve-se, além da crise econômica que vivem, à luta camponesa pelo direito à terra que tem crescido vertiginosamente no país e em especial na região amazônica. A democratização da propriedade da terra põe em xeque todos os interesses das classes opressoras. Provas disto são as ações repressivas do Estado e os massacres de camponeses e campanhas dos grandes veículos da imprensa venal, portavozes dos exploradores, como a Revista Veja (edições 2033 e 2053), Revista Istoé (edições 2003, 2004 e 2007), Folha de S. Paulo (25/10/2007). Matérias que difamam, caluniam e mentem sobre os camponeses pobres e suas organizações, taxando-os de “criminosos”, “assassinos”, “grupo belicoso” e até o absurdo da acusação de “devastar a Floresta Amazônica”. Buscam sim criminalizar e atizar ódio e repressão contra eles, como tem ocorrido com a combativa LCP (Liga dos Camponeses Pobres).

Também é revelador do medo e ódio que sentem pelas massas em luta por seus direitos o alvoroço e gritaria dessa imprensa ao mostrar a luta dos pequenos madeireiros de Tailândia, no Pará, que enfrentaram a repressão policial durante 12 horas em fevereiro deste ano. O mesmo foi ao noticiarem o conflito entre Caiapós e o engenheiro da Eletrobrás no Pará no dia 20/05/2007, caracterizando-os de “violentos”.

É determinante para as classes dominantes manter intactas as relações semifeudais de propriedade da terra e de produção no campo e também na Amazônia. Particularmente nela a exploração é ainda mais sanguinária, como revelou o próprio Ministério do Trabalho apontando 183 latifúndios de utilizarem trabalho escravo no país, sendo a maioria na região amazônica.

Só a revolução de nova democracia garantirá a soberania nacional da Amazônia e sua exploração racional

A luta pelo fim do latifúndio na região, além de ser chave questão democrática é também e ao mesmo tempo questão nacional. Uma complexa luta territorial que imbrica grandes contradições pendentes da formação da nação brasileira. Questões como a tais são democrática agrária antifeudal, a democrática antiimperialista e anticolonial, a democrática antifascista e a autodeterminação dos povos originários e defesa dos direitos das minorias nacionais. Ao destruir o sistema latifundiário os camponeses minam também a estrutura de subjogação nacional, golpeando o imperialismo e aproximando a independência de nosso país.

A semifeudalidade beneficia o latifúndio, que é base do imperialismo, como forma de dominação e do capitalismo burocrático, que a grande burguesia local consiga explorar mais as massas trabalhadoras da cidade. (ver explicação detalhada em JEP 5 – “Revolução Democrática ininterrupta ao Socialismo”).

A tendência com o avanço da democratização da terra, que se materializa com o desenvolvimento da Revolução Agrária, é que mais camponeses retornem dos grandes centros urbanos para suas terras, dificultando ainda mais a ação do latifúndio e do imperialismo, agudizando as contradições entre as classes dominantes. É inquestionável que a reação aumentará a repressão contra o povo no decorrer desse processo. Mas é igualmente certo que é somente nesse processo revolucionário, com o estabelecimento do Poder Popular de nova democracia, que liquidaremos o sistema latifundiário e o capitalismo burocrático que sustenta. Os camponeses pobres terão assegurado seu direito à terra, libertaremos definitivamente o país da dominação imperialista. Só assim se acabará com a destruição desenfreada da Amazônia e finalmente os povos originários (indígenas) terão direito à autodeterminação.

Livraria Alfarrábio Ltda.

Livros usados

www.livrariaalfarrabio.com.br

alfarrabio@livrariaalfarrabio.com.br

Av. Amazonas, 491 - Sala 720 - Cep 30180-000 - Ed. Dantés
- Tel: (31) 3271-4257 (compra e avaliação)
Telefax: (31) 3201-7693 - Belo Horizonte/MG

Violência revolucionária: o caminho da revolução!

No início da década de 1990 o imperialismo lançou uma ofensiva geral contra-revolucionária. Para abrir caminho para suas políticas de “globalização” e “neoliberal” desatou uma ofensiva ideológica anunciando o “fim da história”, o fim das classes sociais e da luta de classes. Decretou-se que revolução era coisa do passado, que o “capitalismo é eterno” e o melhor mundo possível, prometendo uma era de prosperidade. Difundiu-se o pacifismo, pois no mundo da democracia capitalista, a violência é monopólio do Estado, de seus aparatos de “segurança pública”. E para encobrir isto difunde-se, até exaustão, um conceito genérico de violência, pintando-a de barbárie, incivilidade, mal de todos os males, antidemocrática e moralmente inaceitável. E mais, de que a violência não leva a nada, senão que a mais violência. Tudo isso baseado na ampla e funesta corroboração dos meios acadêmicos, que sem cessar lançam pseudo-teorias para justificar e perpetuar a atual e cruel realidade social. Mas, por mais teorias que criem nunca poderão esconder que a violência existe, que ela existe de forma permanente na existência do Estado. E que, por isto mesmo, as classes oprimidas necessariamente lançarão mão da violência revolucionária para se libertarem. Como o maior cientista de todos os tempos, Karl Marx, descobriu, “a violência é a parteira da história”.

Estado, classes sociais e violência

Vivemos em uma sociedade de classes. Assim como todas as sociedades de classes que precederam a nossa, existe uma ferrenha luta entre elas, fruto de interesses econômicos inconciliáveis das classes. E as classes dominantes exploradoras sempre impuseram e asseguraram sua dominação através da violência reacionária.

Foi assim na sociedade escravagista, na contradição entre os escravos e seus senhores, no feudalismo, na contradição entre senhor feudal e servos, e como é hoje no capitalismo entre burgueses e proletários. O que há de comum é que em todas essas sociedades existia uma estrutura para garantir essas relações de

produção baseadas na exploração do homem pelo homem, que só poderia ser através da violência, da repressão: o Estado.

A própria existência do Estado é uma prova de que os interesses das classes são inconciliáveis. O Estado é a estrutura das classes dominantes para reprimir a revolta das classes dominadas. Ele se sustenta principalmente em uma força armada. Em última instância podemos afirmar que o Estado é exatamente a violência organizada da classe dominante sobre a classe dominada e explorada.

Como escreveu Engels, companheiro de armas de Marx e também fundador do marxismo: “*Como o Estado nasceu da necessidade de reprimir as oposições de classes, mas como nasceu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é via de regra, o Estado da classe mais poderosa, daquela que domina do ponto de vista econômico e que, graças a ele, se torna também classe politicamente dominante e adquire assim novos meios para esmagar e explorar a classe oprimida.*” “*Não somente o Estado antigo [escravagista] e o Estado feudal foram os órgãos de exploração dos escravos e dos servos, mas o Estado representativo moderno [burguês] é o instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital.*”

Então, apesar da aparente naturalidade da atual situação, o cotidiano das massas é regido por uma constante violência das classes dominantes. As massas são vítimas de um sistema social que gera a fome, miséria, a falta de moradia, o desemprego, a entrega das nossas riquezas naturais de nosso país. Enfim, um sistemático empobrecimento e opressão fruto das relações de exploração. Ao mesmo tempo em que sofrem dessas mazelas, a presença violenta do Estado é uma constante. Basta dar uma olhada nos noticiários para ver que a polícia assassina

jovens na periferia, aborda trabalhadores o tempo todo e o exército ocupa as favelas no Rio. E quando o povo se revolta, organiza-se e luta, necessariamente é alvo da mais furiosa e odiosa ação do Estado como ocorre nas greves, tomadas de terra, manifestações, etc.

Quando as massas utilizam da violência para se defender como foi o caso dos índios no Pará que não queriam a implantação de uma usina hidrelétrica na região de Altamira na Amazônia, ou quando em 2006; quando os camponeses invadiram dependências do congresso nacional; quando os estudantes da Unifesp quebraram a reitoria; quando os camponeses ocupam terras e resistem, logo os monopólios de imprensa lançam uma campanha de ataques numa gritaria histórica interminável com acusações de baderna, vandalismo e violência. O que não falam é que o que as massas estão fazendo é exatamente respondendo a violência com que são tratadas em suas mínimas demandas. O berreiro cínico contra a violência só aparece para condenar, difamar e atacar o povo. A matança de jovens e pobres perpetradas pela polícia é tratada como rigor em prol da ordem pública. E nos casos mais escandalosos ponderam cinicamente tratando-os como excessos ou falta de preparo.

Revolução e violência revolucionária

Exatamente pelo fato de existir uma constante violência do Estado contra as massas é que elas também inevitavelmente usarão da violência para se defenderem. Como comprova a história, só com a violência revolucionária que as massas têm transformado a sociedade. Novamente tomaremos aqui os escritos de Engels:

“*Que a violência desempenha ainda na história um outro papel, um papel revolucionário; que segundo as palavras de Marx, ela seja a parteira de toda velha sociedade que traz em si uma nova; que ela seja o instrumento graças ao qual o movimento social vença e destrua formas políticas petrificadas e mortas.*”

Em toda a História das sociedades de classes, as classes oprimidas só conseguiram derrubar as classes dominantes do poder e transformar a ordem social através da violência revolucionária. Na antiga Roma, numerosas revoltas de escravos derrubaram a aquela sociedade. Para destruir a sociedade feudal e instaurar a sociedade capitalista moderna, a burguesia

pôs abaixo todo o sistema político do poder vigente. Na Inglaterra a burguesia revolucionária criou um exército para derrotar o Rei, na França ela colocou a guilhotina em praça pública para julgar e castigar os inimigos do povo. No EUA a guerra de independência pôs fim ao domínio inglês e a “Guerra de Secessão” liquidou o escravismo no sul do país.

No século passado o proletariado russo após anos de lutas grevistas passou à insurreição armada derrotando o exército czarista, estabelecendo um novo Estado, o do proletariado, o Poder Soviético. Também na China as massas tiveram que empreender décadas de guerra revolucionária contra o feudalismo, o capitalismo burocrático e a dominação imperialista até a conquista do poder em toda a China para o povo e o estabelecimento do socialismo. Diversos povos conquistaram a sua libertação nacional mediante a luta armada, como foi em Cuba, Vietnã, Argélia e muitos outros.

Ainda no século XX, lutas de libertação nacional e revoluções se desenvolveram mediante a violência revolucionária como a luta de libertação contra o colonialismo europeu e norte-americano de inúmeros países africanos, o povo do Irã e da Nicarágua. Outros seguiram intrépida e heroicamente lutando por sua libertação como o povo palestino, as guerras populares dirigidas pelos partidos comunistas maoístas no Peru, Filipinas, Turquia e Índia. No iniciante século XXI o povo iraquiano através da guerra de guerrilhas combate de frente o imperialismo mais forte do mundo, o ianque. A resistência armada também se dá no Afeganistão, para resistir a ocupação do mesmo imperialismo. No Nepal, após doze anos de guerra popular dirigida pelos comunistas as massas derrubaram a monarquia e novos episódios revolucionários se avizinham.

A História nos dá a lição. Para fazer a revolução de verdade, não basta tomar o poder. Como dizia Lenin ao fazer uma síntese sobre a teoria marxista do Estado: “*Este curso dos acontecimentos obriga a revolução ‘a concentrar todas as forças de destruição’ contra o poder do Estado; ele lhe impõe como tarefa, não melhorar a máquina do Estado, mas demoli-la, destruí-la*”, e isso significa que para fazer a revolução tem-se que enfrentar e destruir o velho Estado, seu aparato policial e exército reacionário, uma vez que estes são a medula do Estado. Se se quer empreender uma verdadeira transformação social, se se quer fazer uma revolução e transformar definitivamente a vida do povo, acabando com a exploração e todas suas mazelas há que marchar necessariamente pelo caminho da violência revolucionária.



Marx e Engels: os maiores cientistas de todos os tempos

O Movimento Estudantil e a democracia na universidade

Um breve balanço do movimento estudantil nos últimos anos

2005

A ocupação da UFPR

No final de 2005, chamou a atenção a luta estudantil que aconteceu na UFPR, após o processo eleitoral para reitor disputado e polarizado entre um candidato do governo e um candidato do ANDES-SN. O candidato do ANDES, mais votado, não foi considerado o vencedor devido ao sistema de paridade, e sim o candidato do governo que foi derrotado nas urnas, porém nomeado segundo o critério feudal de lista triplíce. Os estudantes, revoltados com o absurdo de antidemocracia, se insurgiram e ocuparam a reitoria por cinco dias. Durante estes dias realizaram assembléias, houve enfrentamentos com a segurança universitária e a polícia federal, com os estudantes resistindo à reintegração de posse, até que decidiram em assembléia por sair da reitoria. Tais episódios foram como uma luz, pequenina porém muito forte, lá no fim do túnel. O período precedente foi notadamente marcado por dificuldades no movimento estudantil, particularmente o universitário. E essa luta indicava dois fatores importantes: 1) um novo desenvolvimento do movimento de massas estudantis no nosso país; e 2) a democracia na universidade semicolonial não passa de uma farsa.

2006

A luta da Pedagogia

Em 2006, o movimento estudantil da pedagogia (MEPe) entra em cena como a ponta de lança da luta contra a reforma universitária do governo Banco Mundial/Lula, fruto do acúmulo de mobilizações e discussões do ano de 2005 para derrotar as DCN's para o curso, que traz uma concepção tecnicista e de favorecimento do setor privado. As DCN's foram formuladas pelo Conselho Nacional de Educação sem um processo de discussão e o movimento lança uma luta radicalizada contra as diretrizes. Durante o período de férias escolares, o ministro da educação, Fernando Haddad, mesmo tendo assinado um documento se comprometendo a não homologar as diretrizes sem antes debater com os estudantes, homologa-as. Mas o que esperar de um funcionário do Banco Mundial? Depois de várias mobilizações, os estudantes de pedagogia definem em vários encontros e fóruns pela construção de uma greve nacional contra as DCN's. Essa greve começou a ser construída e na UFG, na UEMG, na UFPR e na Unirio tiveram paralisações parciais. No 26º ENEPe de 2006 a greve é aprovada pela maioria dos estudantes no encontro. Mas 2006 era ano eleitoral e todos os partidecos eleitoreiros estavam excitadíssimos com a possibilidade de disputar as eleições e, claro, não estava no plano de nenhum deles construir uma greve para derrotar a "reforma". Ao contrário o que fizeram foi lançar uma campanha de boicote às decisões dos estudantes tomadas democraticamente nos encontros. Além de lutar contra os ataques do governo o movimento estudantil da pedagogia tinha que lutar também contra as atitudes fracionistas dos militantes da Une, do PSTU e PSOL, o que enfraqueceu a greve em construção. E pra arrematar o boicote, no FONEPe de Vitória em novembro, por uma manobra da Une e da Executiva Capixaba, quando todo o MPEPe discutia como barrar a implementação, o FONEPe centrou nos impactos da implementação das diretrizes. Devido ao nível baixo de organização dos estudantes independentes do MPEPe e ao boicote dos oportunistas eleitoreiros, a linha da greve não se consolidou e não foi deflagrada por todo país.

2007

A ocupação da USP

O ano de 2007 começa com o governador de São Paulo, José Serra, decretando o fim da autonomia das universidades estaduais paulistas. Isso desencadeia uma série de mobilizações que culmina com a maior ocupação de reitoria da história de nosso país. Durante 52 dias centenas de estudantes da USP mantiveram uma combativa e organizada ocupação, enfrentaram os reacionários da universidade, e reacenderam a chama da luta estudantil no país. Essa ocupação colocou no centro a questão da democracia e da autonomia universitária e apontou também o caminho que o movimento estudantil deveria seguir: a da luta radicalizada em defesa da universidade pública, gratuita e autônoma. Logo essa luta se expande. Primeiro para todo o estado de São Paulo (Unicamp, Unesp, Fatec) com ocupações de reitorias e prédios administrativos. Logo pelo Brasil afora, estudantes de várias universidades federais seguem o exemplo da USP e se lançam em ocupações de reitorias e outras lutas importantes. A ocupação da USP foi um marco, um ponto de inflexão no movimento estudantil em nosso país.

A ação do oportunismo

A luta na USP serviu também para estabelecer uma linha de demarcação entre o novo movimento estudantil independente e de luta e o velho movimento estudantil oportunista eleitoreiro. Desde 2003 a Une vinha sendo rechaçada em todas as principais lutas estudantis do país. Na USP, a Une/Pecedobê se colocou o tempo todo contra a ocupação. Mas não podia fazer mais que ficar acusando os estudantes de radicais e fazendo coro com os monopólios de imprensa na sua campanha de difamação contra os estudantes ocupantes. Os estudantes da USP tiveram que enfrentar também o centrismo da Conlute e da Frente de Oposição de Esquerda da Une, que por dentro da ocupação se colocaram sucessivas vezes contra a mesma e propuseram incontáveis vezes o fim da ocupação. Sendo seguidamente derrotados nas assembléias, sempre voltavam atrás para continuar dentro da ocupação e seguir o seu trabalho de sapa. O Conlute chegou ao absurdo de chamar um encontro seu na USP, como se fosse convocado pela ocupação, em mais uma tentativa oportunista de capitalizar em cima de um luta que, na prática, sabotava.

E como isso não bastasse, transformou o encontro em um palanque para propor unidade com a Une.

Luta contra o REUNI

Terminada essa primeira onda de ocupações, a luta estudantil seguiu se desenvolvendo. Agora no centro estavam os decretos do governo Banco



Assembléia decide manter ocupação na USP

Mundial/Lula contra a universidade pública e os CEFET's: o REUNI e o IFET. Contra esses decretos se desenvolveu uma grande luta que desembocou em uma verdadeira avalanche de ocupações de reitoria por todo o país. Aconteceram dezenas de ocupações de reitoria e conselhos universitários para impedir a aplicação do REUNI. UNIR, UFG, UNIRIO, UFRJ, UFF, UFRRJ, UFJF, UFC, UFPE, UNIFESP, UFPR, UFBA, UFSC, UFMT, UFPA, UFMA e etc. Onde as lutas foram mais combativas, para impedir a participação democrática dos estudantes, reuniões de conselho universitário foram realizadas em prédios da justiça federal (UFG e UFF) e em unidade do exército (UNIR), todas cercadas por aparatos da repressão fortemente armados.

Esta onda de ocupações significou uma importante derrota política para a gerência Lula. A resistência estudantil, em particular a combatividade das ocupações, obrigou o governo a montar um rolo compressor para aprovar as medidas do Banco Mundial, impedindo qualquer debate sério sobre elas. Ameaças de corte de verbas, tempo exíguo para analisar as medidas foram os pretextos usados pelas burocracias universitárias, incluindo aí os conselhos, para homologar estes ataques à universidade pública brasileira. Impedir a participação de professores, funcionários e, principalmente, estudantes no debate das medidas mostra o caráter antipopular e antinacional delas.

A ocupação da UnB

2008

Em abril de 2008 ocorre a luta da UnB exigindo a renúncia do reitor (ele era apoiado pelo PT e pela Une), do vice-reitor e de toda direção universitária e a dissolução do conselho diretor. Além disto, a convocação imediata de eleição direta ou paritária para reitor e a convocação de um congresso estatuinte paritário dentre outras reivindicações. Com a cúpula da universidade acusada de corrupção e de abuso nos gastos dos cartões corporativos, centenas de estudantes ocupam a reitoria durante 14 dias. Foi uma luta marcada por grande organização. Assembléias lotadas e com regras de disciplinas debatidas e aprovadas em assembléias, como o não consumo de álcool e drogas dentro da ocupação. Durante a luta aconteceu resistência à repressão da polícia federal, com a vitória dos ocupantes. A luta culminou com a queda do reitor e vice-reitor. As tentativas dos governistas da Une e dos centristas do Conlute de capitalizar o movimento foram duramente repudiadas pelos estudantes.

Perspectivas extraordinárias para o novo ME

O que todas essas lutas têm em comum é que a questão da falta de democracia na universidade veio a tona. O estopim da luta contra o Reuni, não foi de imediato a luta contra seu conteúdo reacionário, mas contra a forma antidemocrática como foi imposto; o mesmo ocorre na a luta contra as DCNs.

O estouro das lutas de 2007 e 2008, particularmente a luta contra o Reuni, foi frutos de um esforço concentrado de setores independentes e combativos do movimento estudantil na luta contra a “reforma”, principalmente dentro do MEPe, conjugados com uma situação política favorável, onde a disposição para a luta das massas estudantis já davam sinais de crescimento. A onda de ocupações de 2007 foi um forte estímulo aos setores democráticos da universidade e deixou claro que só a combatividade e radicalidade do movimento estudantil podem abrir perspectivas para a luta pela democracia e autonomia da universidade brasileira. A ocupação de Reitoria da UnB foi prova disto. Ela mostrou que os estudantes através da luta combativa podem ter conquistas democráticas importantes dentro da universidade.

E mais, que a negação da democracia é imprescindível para o governo impor seus planos de tecnificação do ensino superior e privatização da universidade pública de nosso país, objetivo da “reforma” universitária do Banco Mundial. Ou seja, a luta contra a “reforma” passa necessariamente pela luta por democracia na universidade. E que para levar esta luta é imprescindível combater ao mesmo tempo as correntes oportunistas (Une) que se esforçam para apresentar como progressistas as “reformas” do Banco Mundial e desmascarar a conciliação dos centristas (Conlute) que se utilizam da luta estudantil para seus objetivos eleitoreiros.

O REUNI e a estrutura antidemocrática da universidade pública brasileira

O REUNI, como parte integrante da “reforma” universitária passou na base do mais descarado autoritarismo do governo e das reitorias. Isso colocou em evidência um problema concreto. A estrutura da universidade é totalmente antidemocrática, os reitores são todos subalternos do governo federal, e os conselhos universitários são miniaturas do congresso nacional, onde mais importante é aprovar as ordens de seus amos. Ou seja, o que o imperialismo determina, o MEC manda e o reitor aplica.

A forma adotada para o governo ter a maioria no conselho universitário é relativamente simples e descaradamente antidemocrática. Com a lista tríplice a escolha do reitor é feita pelo governo (as “eleições” que acontecem nas instituições são apenas consultas). O método é feudal. Era através da lista tríplice que Pedro II, durante o império, escolhia os seus senadores. Uma vez nomeado o reitor, este nomeia os outros cargos da reitoria; a direção da universidade, por sua vez, ocupa diretamente diversos cargos no conselho universitário (conselho máximo da instituição), onde os estudantes, que são o maior segmento, têm a menor porcentagem de votos. Pronto. Nesta fórmula está garantida uma burocracia dirigente da universidade e o atrelamento desta burocracia ao governo.

É esse atrelamento que possibilita que os ataques à universidade tenham aprovação garantida. É assim que a cada dia que passa são mais fundações privadas

Participação estudantil nos Conselhos Universitários

UFMG	15%
UFRJ	9,1%
UFF	20,9%
UFRGS	10,5%
UNIRIO	15%
UFG	15%
UFAL	15,3%

dentro das universidades, mais taxas, os programas reacionários do governo são aprovados, as pesquisas são determinadas por empresas multinacionais, são instalados processos administrativos contra os militantes do movimento estudantil e etc. Esse despotismo é uma questão chave para a aplicação dos planos imperialistas para a universidade brasileira.

O domínio da universidade é estratégico para as classes dominantes, pois assim elas dominam toda a produção científica nacional perpetuando a dominação econômica e ideológica pelos países imperialistas, mantendo a ordem semicolonial e semifeudal.

Levantar bem alto a bandeira dos estudantes de Córdoba

A universidade é um espaço em disputa. Ao mesmo tempo em que o Estado tem o controle estrutural da universidade, tentando transformá-la em mera reprodutora da ideologia dominante gerando quadros para a reação, ali milhares de pessoas têm contato com a ciência, levando a questionar os seus propósitos, fragilizando também o domínio das classes dominantes. É um elo débil.

Os estudantes de toda a América Latina travaram combates contra o velho estado semicolonial para conquistar a verdadeira reforma universitária. Aqui não pode ser diferente. Ao lado das bandeiras contra as medidas do imperialismo para a universidade brasileira, devemos levantar a bandeira dos estudantes de Córdoba exigindo paridade nos conselhos superiores da universidade, eleições diretas para reitor, diretores de centro e todos outros cargos de direção, exigir autonomia acadêmica e administrativa, exigir a expulsão das fundações privadas, o fim das taxas e etc. Para derrotar as medidas do Banco Mundial/Lula para a universidade coloca-se na ordem do dia a construção de uma greve geral com ocupação de todas universidades, e é em meio a essa greve geral que se instalará a democracia, pois é em meio às assembléias estudantis, junto com os outros setores, que começaremos exercer a democracia na universidade.

Democracia na universidade e revolução de Nova Democracia

A vitoriosa e histórica luta dos estudantes da UnB foram uma demonstração prática da democracia na universidade. devemos lutar permanentemente para que esta democracia seja uma constante na vida universitária e que se institucionalize a democratização da universidade com co-governo, eleições diretas e autonomia. É claro, que enquanto vivermos sob o domínio da grande burguesia, do latifúndio e do imperialismo, todas conquistas democráticas serão alvos da mais horrenda reação. Por isto a luta pela democracia

não se encerra, nem se inicia na universidade, a democratização da universidade brasileira faz parte da democratização de toda a sociedade brasileira, processo possível somente através de uma verdadeira revolução democrática ininterrupta ao socialismo. A democratização da universidade ao mesmo tempo que é resultado do crescimento da luta de nosso povo, particularmente da luta operária e camponesa, é, também, um impulsionador desta luta na medida que joga uma importante parcela da sociedade, a intelectualidade, ao lado das massas oprimidas na luta por derrubar as 3 montanhas que pesam nas costas de nosso povo. Hoje vivemos no Brasil um claro aumento do protesto popular, neste artigo centramos na luta estudantil, mas é extraordinário o crescimento da luta camponesa, que apesar de todo o ataque dos monopólios de comunicação, com a Liga dos Camponeses Pobres e os Comitês de Defesa da Revolução Agrária seguem impondo profundas derrotas ao latifúndio, particularmente da região amazônica. Região mais cobiçada pelas potências imperialistas. A onda da luta estudantil é parte do crescimento da revolta popular. Quanto mais consciência tomarmos disto, mais poderemos contribuir para a libertação de nosso país. E ao mesmo tempo em que construirmos uma pátria livre estaremos construindo uma universidade autônoma, democrática e nacional! Cada vez mais as lutas estudantis apontam a democracia, e para conquistá-la na universidade, serão necessários dezenas de levantes estudantis. Será necessário exercer a democracia na marra, como os estudantes da UnB fizeram ao deporem o reitor. Será necessário um confronto com as forças reacionárias da universidade. Essa luta já começou!

Comparamos Bibliotecas e avulsos

Rua Luiz de Camões, 43

Centro - RJ - Tel: (21) 2232-5583



Democracia e as históricas bandeiras do Movimento Estudantil

Na história das universidades latino-americanas, particularmente da América espanhola, existiu um amplo movimento por uma verdadeira reforma universitária. Foi uma série de lutas que como uma onda varreu todo o continente. Reproduzimos aqui trechos do artigo “*A Universidade Latino-americana e as Históricas Bandeiras do Movimento Estudantil*” publicado no Jornal Estudantes do Povo, nº 6, em 2005:

“Em 1917, os estudantes de Córdoba-Argentina protestaram contra fechamento do Hospital Universitário e também pela manutenção das aulas práticas, mas não são atendidos. Montam então, um Comitê Pró-reforma Universitária e lançam o manifesto à juventude argentina, onde dizem: ‘*A Universidade Nacional de Córdoba ameaça ruir pelo trabalho anticientífico de suas academias, a inaptidão de seus dirigentes, pelo seu horror ao progresso e a cultura e por carecer de autoridade moral. A juventude universitária não pode ser cúmplice da catástrofe, queremos que seus corações e seu cérebro marchem a par com o ritmo ascendente e fecundo dos novos ideais*’.

O movimento estudantil declara greve geral na Universidade de Córdoba em março de 1918. A universidade é fechada pelas autoridades acadêmicas e o governo intervém. O interventor instaura negociações, propondo uma nova eleição para a diretoria, mas os estudantes negam. No dia 15 de junho, os estudantes interromperam o ato eleitoral organizado pelo interventor, ocuparam a sala onde se reunia a Assembléia de professores com o novo reitor, e desconhecaram a eleição. Em seguida se dirigiram ao presidente da república: ‘*Estamos atravessando uma época de profunda renovação. A única autoridade que a coletividade estudantil reconhece é a deste superior governo*’. Em resposta o governo argentino elaborou uma nova lei do ensino superior.

Luta de Córdoba se irradia

Em Buenos Aires foi fundada a FUA (Federação Universitária Argentina), o movimento se estende por todo o país, e esta convoca o primeiro Congresso de Estudantes Argentinos para avaliar a nova lei do ensino superior. Fechado por tempo indeterminado, o edifício da universidade de Córdoba é tomado para reiniciar as aulas sob a direção estudantil, 83 estudantes são detidos e processados pela rebelião. Então a greve estudantil se generalizou e alguns sindicatos aderiram. O governo foi obrigado a reformular os estatutos e convocar novas eleições; o filósofo Alejandro Korm foi eleito diretor da faculdade de letras e filosofia com o voto estudantil.

Da Argentina o movimento se expande rapidamente por toda a América Latina. Em 1919, os estudantes da Universidade de San Marcos, Lima-Peru, aderiram ao ideário de reforma de Córdoba. No ano seguinte, o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, reunido em Cuzco, avançou em sua concepção decidindo pela criação das Universidades Populares Gonzáles Prada, que foi um dos melhores aportes da experiência peruana. Estas Universidades Populares reuniam estudantes, operários e intelectuais, ampliando muito o raio de influência da reforma. As reivindicações dos estudantes peruanos depois de muitos vaivéns foram atendidas pelo governo.

No México, após a derrota da revolução democrática de Emiliano Zapata, em meio a lutas radicalizadas, foi aprovada uma lei orgânica universitária, que determinava a participação de toda a comunidade na administração das escolas superiores. Entre os anos de 1929 e 1933 os estudantes desencadeiam a luta pela autonomia, conquistando-a e modificando o nome da instituição para Universidade Autônoma do México.

A luta pela reforma universitária, a partir de 1920, se desenvolveu também no Chile, Uruguai, Colômbia, Equador,

Bolívia e Paraguai, e se estende à América Central e Caribe, e clodindo importantes lutas. Em 1928, em nosso país o movimento estudantil e intelectual, apesar de sua recém fundada Universidade do Brasil, foi diretamente influenciado pelas propositões democráticas.

O movimento pela Reforma Universitária na América Espanhola foi vitorioso. Apesar das oligarquias coloniais e do imperialismo almejar transformar as universidades latino-americanas em reduto de sua ideologia, elas mostram ser um elo débil na sua dominação sobre as colônias.

Não foram poucas as conquistas obtidas pelos estudantes. A educação passou a ser reconhecida como um bem social e de interesse público, e se tornou responsabilidade do Estado a sua manutenção financeira. As instituições passaram a contar com plena autonomia para definir os objetivos e o conteúdo a ser ministrado, bem como a forma de organização e elaboração dos currículos, o que permitiu uma relativa independência em relação aos interesses das classes dominantes. Pesquisas e ensino se fundiram, deixando para trás o modelo de universidade colonial. Com o co-governo, os representantes eleitos dos estudantes e dos professores dirigem diretamente as universidades, garantindo a plena autonomia destas. As cátedras (cadeiras) livres permitiam aos professores ministrar suas aulas de forma independente, acabando com a interferência da Igreja nos conteúdos e métodos. Assim, concepções científicas comprovadas há anos puderam ser difundidas nas universidades. Aprofundou-se o debate sobre as questões sociais e filosóficas, transformando as Universidades Latino-americanas em terreno fértil para as posições antifeudais e anticoloniais.” (A Universidade Latino-americana e as Históricas Bandeiras do Movimento Estudantil)

Brasil: lutas contra o MEC-USAID

No Brasil a luta do movimento estudantil por uma verdadeira reforma universitária tomou impulso na década de 60. Em 1962 a União Nacional de Estudantes desenvolve a greve nacional de estudantes universitários exigindo que os estudantes representassem



Estudantes da Unb decidem pela continuidade da ocupação

um terço da composição do Conselho Universitário das universidades públicas. Depois essa batalha se desenvolve com as lutas contra os acordos MEC-USAID. Em seu plano de lutas para 66 e 67 a UNE levanta as seguintes reivindicações:

“- Lutamos contra a transformação das universidades públicas em fundações privadas.

- Educação funcional para todos [ensino profissionalizante].

- Pelo ensino secundário voltado a formação profissional.

- Ensino Popular: O ensino a serviço do povo.

- Nacionalização [expansão] do ensino em todo o país.

- Autonomia educacional e administrativa, gradativa diminuição das taxas estudantis até sua completa abolição.

O movimento estudantil moveu uma grande jornada de luta contra os acordos MEC/USAID, revelando o caráter colonial das medidas adotadas pela ditadura militar. As mobilizações dos anos de 66 e 67 conseguiram barrar o grosso das medidas governamentais (...). Frente à intensa luta estudantil e popular no país o governo recuou na aplicação das medidas coloniais contra a educação superior.” (A Universidade Latino-americana e as Históricas Bandeiras do Movimento Estudantil)

Mas ainda hoje o movimento estudantil não conseguiu levar a cabo a verdadeira reforma universitária no Brasil.

Como podemos ver as verdadeiras reformas universitárias só puderam acontecer mediante grandes rebeliões estudantis, e que sempre tiveram como centro a democratização das universidades, desde o âmbito da participação estudantil nos órgãos de direção da universidade, até o âmbito da autonomia e da produção científica.



Manifestação estudantil de 1968

UNIR: três anos de luta por democracia

Nos últimos anos a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) vem sendo palco de inúmeras lutas estudantis pela democracia.

Em julho de 2006 o Conselho Superior Administrativo da UNIR (CONSAD) expediu a Resolução 040 que institucionalizava a perseguição a estudantes e professores que criticassem a administração e lutassem contra as péssimas condições de ensino na universidade. As penas seriam da suspensão à expulsão. Diante deste cerceamento aos direitos democráticos, os estudantes de luta, a revelia do DCE/Une, ocuparam a reitoria e após doze dias de ocupação derrubam a Resolução 040.

Em 2007, aconteceu a eleição para a diretoria do DCE. Rondônia é um estado conturbado por conflitos agrários, e essa realidade se faz presente no cotidiano da universidade e os debates sobre luta pela terra são uma constante. Dessa maneira a luta estudantil se identifica muito com a luta dos camponeses pobres, e traz para dentro da

universidade

a luta pela democratização de toda a sociedade. Nessa eleição, a chapa do movimento estudantil independente e combativo foi acusada pelos oportunistas e pela reitoria de ser a chapa dos camponeses pobres e da revolução agrária, chapa essa que o MEPR tem muito orgulho de participar. Essa chapa imprimiu uma fragorosa derrota ao velho movimento estudantil da Une com uma vitória esmagadora e passa a ter uma condição mais elevada de organizar a luta dentro da universidade.

Ainda em 2007, os estudantes de luta da UNIR (agora no DCE), enfrentam de frente o REUNI. Em setembro ocupam a reitoria durante 4 dias e conseguem impedir a realização da reunião do Conselho Universitário (CONSUN). Como se não bastasse a diminuta representação estudantil, a reitoria queria realizar a reunião para aprovar o REUNI sem que os estudantes tivessem escolhido os seus representantes. Com a ocupação conquistaram, além de melhorias na infraestrutura e mais verbas para a assistência estudantil, o compromisso com a Reitoria de que a reunião do CONSUN para aprovar o REUNI só seria realizada após a eleição para a representação estudantil no Conselho. Mas a Reitoria mostrou que o seu compromisso vale bem pouco pois logo em outubro, sem a representação estudantil eleita, chama a reunião do CONSUN. Os estudantes novamente ocupam a reitoria e novamente fica evidente a falta

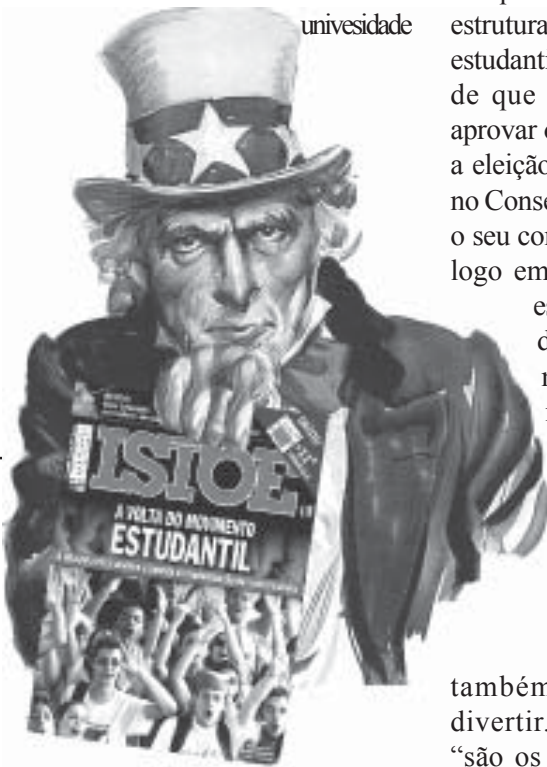


Estudantes da UNIR ocuparam reitoria por diversas

de democracia na UNIR, que transfere a reunião do CONSUN para aprovar o decreto para uma base do exército onde funciona o Sistema de Proteção da Amazônia, e é dirigido pelos ianques.

Em 2008, os estudantes realizam o processo de escolha dos representantes discentes no CONSUN. A Reitoria se nega a empossar os representantes dos estudantes eleitos de forma democrática para seus respectivos cargos, e em uma clara manobra empossa estudantes que não foram eleitos e que são fechados com

as posições da Reitoria e do governo. Após inúmeras manifestações, enfrentamentos com a Polícia Federal, ameaças de prisão e ocupações das reuniões dos CONSUN e diante da aberração jurídica de não empossar os representantes que foram devidamente eleitos, a justiça federal se vê obrigada a se posicionar a favor dos estudantes, forçando o Reitor a cumprir a lei, nomeando os eleitos. E mais uma vez o movimento estudantil independente do governo e de partidos eleitoreiros lhesimpõe uma derrota.



Monópolios de comunicação e a concepção de movimento estudantil do imperialismo

Com a onda de ocupação de reitorias, os monopólios de imprensa lançam seu berreiro difamatório numa sistemática campanha de criminalização da luta estudantil. Frente à tomada da reitoria da UnB contra a corrupção se viram em apuros pois se fazem passar por paladinos da ética e da moralidade e campeões da luta contra a corrupção. Para apoiar a luta dos estudantes da UnB contra os escândalos de roubo, buscaram desfigurar a luta combativa dando-lhe outra conotação. Exemplo disso foi a porca revista IstoÉ.

Na edição nº 2007, de 23 de abril de 2008, a revista IstoÉ publicou uma reportagem abordando a ocupação da UnB e as características de um suposto novo movimento estudantil. Segundo a revista os participantes deste “novo” movimento estudantil “rejeitam matizes partidários, exigem transparência nos gastos públicos e, ao mesmo tempo em que estão declaradamente preocupados com seu desempenho acadêmico,

também querem se divertir.” E conclui, “são os caras lavada, uma geração mais individualista e pragmática.”

Tentando distorcer os fatos dizem que o movimento estudantil da década de 60 se achava na vanguarda da revolução e deixa entender que o ME não se mobilizava pelas questões da universidade, questões que agora são colocadas em pauta pelo “novo” ME. De fato o ME da década de 60 tomou uma posição ideológica de estar incondicionalmente ao lado dos operários, dos camponeses e de todos os trabalhadores na luta pela democracia e libertação nacional, e muitos de seus militantes ingressaram na luta armada contra o gerenciamento militar fascista. Isto para nós é motivo de grande orgulho, pois o movimento estudantil estava contribuindo com a luta revolucionária e a transformação profunda de nossa

“Mas essa concepção é a que menos consegue mobilizar e organizar lutas nas universidades e escolas. Em geral funcionam como um amortecedor da luta que logo desagrega o movimento.”

sociedade. Na matéria nada se fala da defesa da universidade pública, gratuita e autônoma, bandeiras históricas do movimento estudantil, que desde sempre, inclusive na década de 60, moveu o movimento estudantil, e que teve sua expressão máxima quando o ME em 67 barrou os Acordos MEC-USAID. O que aconteceu na UnB está longe de ser uma luta apenas contra corrupção. Estava no centro a questão de democracia, contra a privatização e as fundações, lutas essas que continuam após a ocupação da reitoria. A questão do REUNI também estava colocada na ocupação e a resistência a ele é a continuidade da luta que o movimento estudantil da década de 60 empreendeu contra os Acordos MEC-USAID. Por mais que a publicação tente negar, o elo histórico, político e ideológico estão dados.

Como se não bastasse, a matéria defende que a luta agora é pela modernização das universidades, defende as fundações

privadas, e inclusive elogia o ex-reitor pela aplicação do REUNI, deixando cair sua máscara, revelando toda sua hipocrisia de combate à corrupção.

O que os monopólios de imprensa fazem de fato é a defesa da concepção de movimento estudantil do imperialismo. Um movimento estudantil festivo, que coíbe organizações, e que está totalmente desvinculado da luta do povo. Que essa concepção existe é um fato, e que está muito difundida também. Claro a ideologia dominante é a ideologia das classes dominantes. E como não poderia deixar de ser a Une e todos os partidos eleitoreiros contribuem para o predomínio dessa concepção, uma vez que essas organizações geram um desgaste com os estudantes já que se utilizam das lutas estudantis para seus fins eleitoreiros, traindo e conciliando em função do calendário eleitoral. Mas essa concepção é a que menos consegue mobilizar e organizar lutas nas universidades e escolas. Em geral funcionam como um amortecedor da luta que logo desagrega o movimento.

Derrotar o governismo na ExNEPe para seguir a luta da pedagogia

O Movimento Estudantil de Pedagogia tem sido a vanguarda na luta contra a “reforma” universitária. Na onda de ocupações de reitorias em 2007, os estudantes de pedagogia estavam sempre na linha de frente e muitas vezes em maior número, mostrando consciência e combatividade. Os Encontros Nacionais têm servido aos estudantes de pedagogia como instrumento de mobilização e organização para a luta em defesa da escola e universidade públicas contra as “reformas” do Banco Mundial. A agitação, atos, ocupações, manifestações, greves contra as DCN’s, em 2005 e 2006, foram o primeiro grito nacional contra as “reformas”. Conformou-se o Campo de Luta dos estudantes de pedagogia mas do outro lado o oportunismo governista também se estruturou. Apoiado principalmente nas direções das faculdades de pedagogia e na burocracia do MEC, o governismo se enquistou na Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe) e tenta a todo modo fazer retroceder a luta na pedagogia. Ataques à democracia do movimento, sabotagem às deliberações tomadas, manobras para esvaziar as reuniões é para homologar nos encontros nacionais dos estudantes da pedagogia a destruição da escola pública posta em prática pelo governo.

Breve histórico

Já faz alguns anos que o movimento estudantil de pedagogia retomou o caminho da luta combativa e independente. A trajetória dos últimos anos só confirma o grande passo dado pelos estudantes quando da derrota do governo no interior do movimento. No Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE) em Salvador, por exemplo, realizado em 2002, os militantes do PT, que aparelhavam o movimento, fizeram ato de apoio a Lula, meses antes das eleições. Em 2003, no ENEPE em Jataí (GO), o movimento independente começa a tomar força. A “reforma” da previdência (que havia sido aprovada naquele ano pelo governo) é denunciada e repudiada pelos estudantes de pedagogia. No ano seguinte a luta contra o oportunismo e governismo da Une ganha ainda mais corpo e o movimento de pedagogia inicia sua luta aberta contra a “reforma” universitária do Banco Mundial/Lula.

O XXIV ENEPE, ocorrido em Natal (RN), em 2004, foi marcado por debates sobre importantes questões políticas e sobre os rumos do movimento estudantil. Esse ENEPE foi um marco para o movimento, pois até então o movimento estudantil de pedagogia (MEPe) era totalmente acadêmico e não discutia as questões políticas que afetam a universidade. A partir daquele ano passou a ter um caráter essencialmente político. É quando se criam as condições para as grandes lutas dos anos seguintes.

A luta contra as DCN’s e o REUNI

A luta em defesa da formação científica, pela derrubada das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s) ditadas pelo governo, ocorreu principalmente em 2005 e 2006 e constituiu grande exemplo de combatividade e disposição dos estudantes de pedagogia. Por todo o país foram realizadas dezenas de atos, passeatas, ocupações, assembléias, impulsionando um avanço na consciência



dos estudantes que resultou na histórica decisão pela construção da greve geral no XXVI ENEPE, em 2006, em Macapá-Amapá. Isso significou mais uma derrota para o oportunismo centrista e direitista/governista que de todas as maneiras se opunham à decisão da greve.

A greve aprovada e ratificada em vários encontros nacionais não foi deflagrada. Prevaleceu a pressão desencadeada pelo governo e burocracia das universidades, com fervorosa colaboração de todas as correntes oportunistas, que se uniram na sabotagem à greve. O movimento foi para a defensiva, mostrou encolhimento, deficiências em organização e capacidade de agitação. Mas a luta empreendida pela pedagogia foi fundamental para manter acesa e em tensão as forças internas do ME com um todo.

Em 2007, o governo baixa o REUNI em abril; os estudantes de pedagogia, com a experiência da luta contra as DCN’s, participam em peso das ocupações de reitoria. O oportunismo se desmascara, mas a corrente governista (Une) se enquista na Executiva Nacional.

Conformação do Campo de Luta

No ENEPE de São Luis do Maranhão, julho de 2007, houve uma importante luta

política entre os dois campos do ME. Os oportunistas, a partir do controle da ExNEPe, quiseram dar o troco. Passando por cima de todas as decisões tomadas nos encontros anteriores,

“Reduzir a participação dos estudantes nos encontros e fóruns nacionais, cercear a democracia, impedir o debate político são os propósitos que os oportunistas colocarão em prática enquanto tiverem o domínio da ExNEPe.”

manipularam a pauta e as mesas para dar como fato consumado a implementação das DCN’s e do REUNI. Sabendo que haveria oposição, levaram capangas que já no primeiro dia tentaram agredir companheiros do Rio de Janeiro. A resposta foi imediata. A agressão foi denunciada em plenário que indignado expulsou o chefe dos bate-paus do Encontro. Os oportunistas controlando a Executiva Nacional e Estadual fizeram do Encontro o mesmo que nos congressos da Une: nenhuma discussão, muita festa e turismo.

A artimanha dos pelegos tem sido tumultuar as plenárias finais, provocar celeumas, esvaziando-as e impedindo que se delibere com seriedade e liberdade sobre os rumos do movimento. Algumas Executivas Estaduais, Centros e Diretórios Acadêmicos, além de outras lideranças, presentes ao Encontro, fizeram denúncias e se retiraram da Plenária Final convocando os que queriam realmente lutar a se reunir fora daquele espaço. Reunidos logo em seguida, foi feito um plano de atividades e lutas para o período. Assim surgiu o

Campo de Luta dos estudantes de pedagogia, com o objetivo de defender nossas bandeiras de luta e derrotar o oportunismo governista representado pela Une.

Aprofunda-se a luta contra o governismo

No FoNEPE do Ceará, novembro de 2007, houve a continuação da luta política travada no Encontro do Maranhão. Mais uma vez os coordenadores ligados à Une jogaram para a despolitização, para que não houvesse nenhum debate sobre a “reforma” universitária. Note-se que naquela data havia no país mais de 10 reitorias ocupadas na luta contra o REUNI, muitas com estudantes da pedagogia na vanguarda.

No FoNEPE de São Paulo, abril de 2008, as manobras dos governistas são as mesmas: manipular a pauta e as mesas, esvaziar o debate para evitar ataques às “reformas” e ao governo. O temor dos oportunistas é o novo ambiente do ME no país após a onda de ocupações de reitorias, mais massivas e radicalizadas.

Os testas-de-ferro do governo na Executiva Nacional, para estreitar a democracia do Fórum, organizaram mesas com temas pobres e que só o palestrante falava. Para os estudantes só 10 intervenções de 2 minutos; grupos de discussão só após as 21 horas. Só que a existência do Campo de Luta, que se articulou para intervir neste Fórum, esvaziou mais uma vez os propósitos dos oportunistas. A firme intervenção nos debates polarizou o Fórum, estimulou a intervenção política dos estudantes e diversos palestrantes se sentiram a vontade para atacar o governo, a Une e os oportunistas.

Reduzir a participação dos estudantes nos encontros e fóruns nacionais, cercear a democracia, impedir o debate político são os propósitos que os oportunistas colocarão em prática enquanto tiverem o domínio da ExNEPe. No ENEPE de Vitória (ES), cobrar taxas absurdamente caras (100% mais caras que do ENEPE de Macapá) faz parte do plano de restringir a participação dos estudantes no Encontro.

Tarefas do Campo de Luta:

Unir os estudantes, avançar na luta contra a “reforma” e derrotar o governismo na ExNEPe

Os oportunistas não mobilizam ninguém, não promovem nenhuma luta. Seu papel é resistir à organização combativa e independente que tomou força no movimento da pedagogia. É uma salada de correntes que se unifica na Une e o apoio que têm vem das burocracias das faculdades e do MEC. Por isto temem tanto os encontros massivos, a democracia e participação estudantil. Seu peso na Executiva Nacional vem do controle de algumas Executivas Estaduais.

Do nosso lado, ficou claro no Encontro de São Luis a necessidade de um salto na organização do nosso campo. Não basta ganhar politicamente os encontros, fóruns e plenárias. É necessário ter organização para pôr em prática as decisões tomadas, fazer valer a vontade dos estudantes. Este é o papel do **Campo de Luta dos estudantes de pedagogia**. Para derrotar o oportunismo governista da ExNEPe basta que organizemos, nos estados que temos trabalho, os encontros e neles elejamos as executivas estaduais. É

necessário maior entrosamento entre nós, maior articulação com os DA's e CA's de

todas as faculdades, inclusive as particulares. Precisamos aprimorar nosso trabalho de agitação e propaganda das bandeiras do movimento.

A importância do Campo de Luta se revelou já no FoNEPe do Ceará, primeiro fórum após sua criação, mas principalmente no FoNEPe de São Paulo. Havíamos realizado o 1º Encontro do Campo de Luta na Unirio em março deste ano, um mês antes do fórum. Nossa intervenção foi mais articulada, atuamos mais unidos

“A importância do Campo de Luta se revelou já no FoNEPe do Ceará, primeiro fórum após sua criação, mas principalmente no FoNEPe de São Paulo. Havíamos realizado o 1º Encontro do Campo de Luta na Unirio em março deste ano, um mês antes do fórum. Nossa intervenção foi mais articulada, atuamos mais unidos

mais unidos com um eixo claro e fizemos prevalecer as posições combativas no Fórum.

Temos que reconhecer que temos deixado um espaço enorme para o oportunismo. As executivas estaduais não estão organizadas por absoluta falta de trabalho nosso. Os oportunistas controlam as executivas de alguns estados porque aí não atuamos. O apoio dos estudantes de pedagogia às nossas bandeiras é inquestionável. O que precisamos é organizar esta força política. Temos também que impulsionar o trabalho nos CA's e DA's que atuamos. Já passou da hora de derrotarmos os agentes do governo na Executiva Nacional.

Toda força na organização dos encontros estaduais

Dirigido pelo Campo de Luta, foi realizado no fim de maio deste ano o Encontro Mineiro de Estudantes de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia. Foram oferecidas oficinas e mini-cursos pedagógicos, mas o centro foi a bandeira da universidade pública, gratuita e democrática. Participaram estudantes da UFU, UFMG, UEMG, Unimontes, UFJF e foi eleita a Executiva Mineira.

Em Goiânia, foi realizado em junho o Encontro Goiano que também elegeu a Executiva Estadual.

Estudantes Lutam contra o fim do CEFET em Pernambuco

Estudantes prosseguem a luta em defesa do ensino técnico em todo país, manifestando-se contra os decretos da gerência FMI/Lula que extinguem os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e as Escolas Técnicas Federais e os transformam em Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET's).

A criação dos IFET's é parte da “reforma” universitária que o governo vem aplicando de forma totalmente antidemocrática nas escolas e nas universidades de todo Brasil.

O governo tem se utilizado de decretos para estruturar a educação brasileira de acordo com as necessidades imperialistas. Basta observar que o governo utilizou nestes últimos anos menos de 4% do PIB do país para o investimento na educação, enquanto faz uso em média de 40% do PIB para encher o bolso dos banqueiros.

O centro dessa “reforma” universitária, no que se refere aos cursos da área de tecnologia, é colocar a universidade brasileira definitivamente a serviço dos interesses das empresas estrangeiras, nos tornando meros aplicadores dos “conhecimentos técnicos” fornecidos pelas potências imperialistas. Na

realidade, o governo está dando continuidade às providências da administração Cardoso para transformar os CEFET's em galpões de proliferação de mão-de-obra barata para as empresas transnacionais.

Continuidade do MEC-USAID

Essa vertente tecnicista deve-se essencialmente ao acordo MEC-USAID firmado na década de 60, e hoje segue sendo aprofundado através dos acordos com o Banco Mundial. Os acordos MEC-USAID tinham o objetivo de ajustar a educação brasileira aos moldes imperialistas, atuando em todos os segmentos do ensino e materializaram-se na “tutela” do EUA sobre o ensino no nosso país com o envio de assessores para coordená-lo, direcionando-o para as necessidades do mercado.

Em Recife, a Direção Geral do CEFET aderiu ao IFET e já enviou o projeto ao MEC. O Projeto de IFET-PE enviado não cita nenhum novo investimento, mas confirma a ampliação do ensino à distância, a formação de técnicos para servirem de mão-de-obra barata para as empresas transnacionais e a abertura de novos cursos superiores que

promoverão uma formação incompleta, já que descartam a possibilidade de atuação nos vários ramos do conhecimento e não visam à constituição de verdadeiro ambiente acadêmico.

O Grêmio Contra a Corrente, junto com representantes de turma, organizaram na escola amplos debates para discutir o IFET. Logo o caráter demagógico do decreto foi desmascarado pelos estudantes e professores que participaram das discussões. Sérgio Gaudêncio, o diretor da Instituição, disse aos estudantes e professores ser auto-suficiente para aprovar e desaprovar o que quisesse no CEFET. A direção geral, lacaia da gerência FMI/PT, não levou o projeto para ser discutido no Conselho Diretor e também não respondeu a nenhuma das perguntas feitas durante as discussões. Os estudantes se revoltaram com essa escancarada falta de democracia, e desde então têm se organizado para uma assembleia junto com os professores, com o intuito de deliberar um plano de lutas pela **REVOGAÇÃO** imediata desse processo de Ifetização.

Os oportunistas da Ujs/Ubes/Pecedobê, aprovam o decreto e às escondidas arrancaram cartazes do

Grêmio e fizeram ameaças aos estudantes combativos que resistem às imposições do governo. A luta por fora dessas entidades que aprisionam o movimento estudantil no pântano do eleitoralismo é fundamental para levantar a luta contra esse decreto e projeto já enviado de Ifetização.

Greve contra o IFET

É a organização dos estudantes e a luta combativa que podem impedir a implementação de tais medidas.

Em 1997, estudantes da Escola Técnica Federal de Pernambuco foram às ruas e paralisaram as aulas em repúdio às reformas do ensino profissionalizante de nível médio propostas pelo Banco Mundial. Em todo país e em todas as gerações que passaram pelo CEFET, os estudantes participaram ativamente de lutas em sua defesa. A nossa tarefa hoje, é prosseguir a luta em defesa do ensino técnico e organizar uma grande luta nacional para revogar esse decreto.

Lutar contra a “reforma” é manter de pé a histórica luta dos estudantes brasileiros de 68, é defender o caráter público e gratuito de nossa escola, esse é o nosso dever! Queremos uma escola que de fato sirva ao povo!

Por motivo da proclamação da República no dia 28 de maio, transcrevemos matéria do Jornal A Nova Democracia sobre a Guerra Popular no Nepal

O triunfo eleitoral dos maoístas na Constituinte e o futuro da revolução nepalesa

Apurados todos os votos das eleições para a Assembléia Constituinte no Nepal, os resultados asseguraram mais de um terço, 220, das 601 cadeiras para o Partido Comunista do Nepal (Maoísta), o que, teoricamente, junto com os constituintes das minorias nacionais representadas na Assembléia, daria confortável maioria para implantar seu programa.

As eleições no Nepal transcorreram em clima tenso, sempre com provocações dos partidos burgueses e monarquistas que chegaram a assassinar alguns candidatos do PCN(M) e colocar em risco a realização do pleito.

Os números finais das três principais forças são os seguintes:

·Partido Comunista do Nepal-Maoísta: 220 cadeiras

·Congresso Nepalês (do chefe de governo provisório, Girija Koirala): 110

·Partido Comunista do Nepal — UML (revisionista): 103

O Fórum pelos direitos do Povo Madhesi ficou com 48 cadeiras e representa uma minoria nacional secularmente dominada pela monarquia e que aderiu fortemente ao processo revolucionário, uma vez que a execução do programa maoísta naquela região lhes assegurava a autonomia e o direito à autodeterminação. O regulamento eleitoral assegurava assentos também a outras minorias nacionais.

Na sessão inaugural da Assembléia, em 28 de maio, a promessa dos maoístas é de que a república democrática seja proclamada já neste dia. Inclusive Baburam Batharai, um dos dirigentes do PCN(M) já advertiu ao rei Gyanendra para que ele se retire do palácio real antes desse dia ou será expulso de lá.

A tarefa da Assembléia é elaborar uma constituição para uma república e esperar-se que esteja concluída ao fim de dois anos. Os acordos pré-eleitorais estabeleceram um entendimento entre os três partidos enumerados acima, o que levanta a questão de que caráter de classe terá o novo poder estatal.

As razões da vitória

Antes das eleições as pesquisas mais “confiáveis” colocavam os maoístas em terceiro lugar, o que garantiria a hegemonia das forças burguesas e reacionárias na

Constituinte e deixava as potências imperialistas tranquilas com relação ao futuro semicolonial e semifeudal do Nepal.

Mal as urnas foram fechadas e os primeiros números davam ampla vantagem aos maoístas, o que se confirmou ao final da apuração.

O fato inegável é que o PCN(M), assim como o Exército Popular de Libertação e todas as organizações revolucionárias maoístas conquistaram enorme popularidade através de seu programa revolucionário, da conduta de seus membros — que sempre respeitaram enormemente as massas — e as grandes realizações nos 80% do território nacional libertado do domínio monárquico.

A única monarquia hinduísta do mundo, com 240 anos de existência e um histórico de opressão, exploração e violência ilimitados contra o povo também é uma razão da vitória dos maoístas. O sistema hindu de castas era praticado no Nepal, o que assegurava a mais rigorosa segregação social e garantia à burguesia e os elementos feudais a sua exploração.

As mulheres eram particularmente oprimidas no Nepal. Espancar as esposas era um direito dos maridos, as meninas eram forçadas a se casar quando ainda crianças e havia, inclusive, venda de meninas nas cidades pelos seus pais. O combate a essas práticas e a punição dos responsáveis nas áreas revolucionárias assegurou ao PCN(M) a adesão massiva das mulheres e elas desempenharam um destacado papel no impulsionamento da revolução nepalesa.

A guerra popular no Nepal em dez anos fez grandes e rápidos progressos, alentando as esperanças tanto do povo nepalês como de todos os revolucionários do mundo. A vitória eleitoral dos maoístas na Constituinte, ainda que deixe dúvidas quanto a seu futuro, é um claro sinal de que a revolução tem o apoio decidido das amplas massas.(...)

O velho Estado lutou por proteger os interesses das classes exploradoras e assegurar a subordinação do Nepal ao imperialismo estrangeiro e à Índia. No poder de quem descansará o Estado nepalês que resultará da Assembléia Constituinte? Que destino terá o Exército do Nepal e a polícia militar que nada mais fizeram do que

perseguir e matar revolucionários, semear terror e roubar as massas? O que acontecerá com o Exército Popular de Libertação (EPL), que granjeou respeito e admiração dos camponeses pobres que representam a maioria da população? O Nepal será uma base de apoio da Revolução Mundial ou seguirá amarrado à teia da dominação imperialista?

O Estado resultante da Assembléia ficará livre do feudalismo que o rei representava? Durante a Guerra Popular, o sistema de castas com sua horrorosa “intocabilidade” foi fortemente combatido nas zonas onde as massas apoiadas no seu exército revolucionário, o EPL, detinham o poder. O mesmo ocorreu no caso dos casamentos de meninas, espancamentos de esposas e outras práticas de opressão e violência sobre as mulheres. O processo da Assembléia Constituinte poderá institucionalizar estes e muitos avanços conquistados com a guerra popular em todo o país?

No campo, a revolução estabeleceu um novo sistema de “tribunais populares”, que fez cumprir a ordem revolucionária e se estabeleceu outro tipo de poder político. Estas instituições terão lugar no novo governo? Que papel terá o sistema de tribunais e a burocracia do governo que servia ao velho Estado?

É óbvio que as forças da reação, sobretudo as potências imperialistas e as classes dominantes indianas e os exploradores do próprio Nepal, farão tudo ao seu alcance para garantir que não se avance nenhuma autêntica revolução no Nepal.

Dez anos de Guerra Popular

Em 13 de fevereiro de 1996 o Partido Comunista do Nepal — Maoísta desencadeou a Guerra Popular Prolongada no Nepal, contra o regime monárquico e o imperialismo e pela construção de uma Nova Democracia e a caminho do socialismo e do comunismo.



Manifestação popular de apoio aos maoístas

Apesar dos selvagens ataques das forças reacionárias, a insurreição depressa ganhou raízes na região montanhosa da parte ocidental do país, entre as planícies férteis do sul ao longo da fronteira com a Índia e nas inóspitas cordilheiras do Himalaia a norte, ao longo da fronteira com a China. Os distritos rurais atrasados de Rukum e Rolpa, cada um com uma população de algumas centenas de milhares de habitantes, esmagadoramente camponeses pobres pertencentes, sobretudo a alguma das muitas nacionalidades minoritárias do Nepal, tornaram-se em fortalezas de resistência e num símbolo da revolução em todo o país.

Pouco depois, o programa do PCN(M) para transformar o Nepal começou a tomar forma viva. Nas zonas rurais limpas do aparelho policial do velho governo começaram a surgir novas formas de poder popular. As esperanças dos antigos oprimidos transformaram-se na sua mobilização ativa. Floresceram organizações entre diferentes setores do povo — camponeses, mulheres, operários, estudantes e professores. Quase desde o início que importantes transformações sociais começaram a ocorrer nos campos.

Quando as centelhas da guerra popular começaram a dar luz a uma saída dessa vida intolerável, um enorme número de oprimidos deu as boas-vindas à revolução e fluiu cada vez mais para as suas fileiras organizadas. As camponesas que, tal como os homens, suportavam um sofrimento extremo no Nepal ocidental, também tinham às costas todo o peso das tradições reacionárias. Por exemplo, as meninas casavam frequentemente aos 12 anos. Rapidamente, as mulheres começaram a transbordar para a revolução, tornando-se combatentes e aprendendo a ler e a escrever. Muitas tornaram-se comandantes e dirigentes



Multidão aguarda comício dos maoístas

Qual é o futuro da revolução no Nepal

Um novo governo será formado, mas a dúvida fundamental não é sobre quais partidos estarão no governo, mas que natureza terá o novo poder estatal. Depois de dez anos de guerra popular, que governo se consolidará nacionalmente?

políticos. A verdadeira libertação das mulheres chegava através da revolução.

Em apenas alguns anos, a revolução provocou mudanças dramáticas entre as nacionalidades oprimidas. Foi promovida a igualdade de idiomas e culturas. O PCN(M) deu uma grande importância à instalação de novos organismos administrativos locais e regionais onde os antigos oprimidos desempenhassem o papel principal.

A opressão feudal dos grandes proprietários rurais é intensa nas férteis planícies do Nepal meridional, o Terai. De fato, quando a guerra começou em 1996, uma forma de escravidão legal ainda existia nalgumas partes do país. Alguns camponeses nem sequer tinham o direito formal a sair dos campos dos seus amos. A revolução propagou as palavras de ordem “A terra a quem nela trabalha” e os camponeses pobres das planícies também começaram a apoiar a revolução em cada vez maior número. Muitos juntaram-se às forças de guerrilha baseadas nas encostas. A princípio era difícil para o lado revolucionário lutar nessas zonas agrícolas onde as forças inimigas eram fortes e podiam tirar proveito da rede de estradas e dos terrenos planos para se movimentarem rapidamente e deslocarem o seu armamento superior. Mas pouco a pouco também essas zonas se converteram em fortalezas da revolução. De uma forma crescente, as forças governamentais apenas se podiam confinar a campos enormemente fortificados.

Novos órgãos de poder

Os novos órgãos de poder cresceram. Por exemplo, foram criados tribunais populares que envolviam os aldeões na resolução de disputas e na imposição da ordem revolucionária. Os casamentos de crianças foram tornados ilegais e cada vez mais jovens começaram a escolher os seus próprios companheiros sem referência à casta. A discriminação contra as castas ditas inferiores foi proibida e verdadeiras mudanças ocorreram na forma como as pessoas se relacionavam umas com as outras. O alcoolismo, um grande problema no país, foi alvo de campanhas de educação. A produção e a venda de álcool foram restringidas. Ninguém que tenha visitado as zonas rurais libertadas nepalesas pôde deixar de reparar no entusiasmo que a revolução gerou entre os pobres.

Estes desenvolvimentos não poderiam ter ocorrido sem a criação do Exército Popular de Libertação (EPL) em 2001. O EPL cresceu rapidamente em força, experiência e organização. Milhares de soldados revolucionários combateram longas batalhas contra posições inimigas fortalecidas e protegidas pelo poderio aéreo e por artilharia pesada. Ao vencer esse tipo de batalhas, bem como inúmeras outras de menor dimensão, o EPL capturou armas modernas oferecidas ao Estado

reacionário nepalês pela Índia, pelo USA e pela Europa. De uma forma crescente, o inimigo apenas conseguia se movimentar usando tropas aerotransportadas ou marchando em colunas de centenas de soldados. Mesmo nas planícies férteis onde as forças armadas reais tinham importantes instalações, a autoridade da revolução conquistava influência gradualmente.

Desde o início, o PCN(M) lutou para não deixar isolar a revolução nas zonas rurais, embora o terror desumano do inimigo tornasse muito perigoso que qualquer maoísta conhecido se arriscasse nas zonas urbanas. O Nepal é um país relativamente pequeno e as notícias de como a revolução estava transformando os campos iam-se infiltrando em todos os cantos da sociedade.

Medidas desesperadas para combater a Guerra Popular

À medida que a guerra popular crescia em vigor, o Estado central nepalês, com a monarquia e o Exército Real do Nepal no seu núcleo, adotou pesadas medidas que empurraram uma parte cada vez maior da população das zonas urbanas para uma oposição ativa. Além disso, surgiram importantes fraturas entre as classes dominantes do Nepal, à medida que, governo atrás de governo, não conseguiam definir uma estratégia que conseguisse parar a insurreição. Em Junho de 2001, o rei Gyrendra e a maioria da família real foram misteriosamente assassinados no próprio palácio. O irmão desse rei, Gyanendra, amplamente considerado responsável pelo massacre, subiu ao trono. Após um pequeno período de cessar-fogo e negociações com o PCN(M), Gyanendra mobilizou todo o poderio do Exército Real do Nepal (ERN) contra a revolução, que até então tinha enfrentado, sobretudo a polícia militar. Também isso fracassou e a revolução continuou a avançar.

Enfrentado a verdadeira possibilidade de perder tudo, o rei decidiu entrar num arriscado jogo desesperado. Aboliu o parlamento, pôs os líderes dos partidos políticos legais em prisão domiciliar e impôs o “estado de emergência”.

Porém, o plano ricocheteou. O EPL conseguiu resistir à intensificação dos ataques do ERN. Além disso, a incapacidade de Gyanendra em obter uma vitória decisiva intensificou as divisões nas classes dominantes. O descontentamento e a fúria em relação ao estado de emergência e à abolição de todos os direitos aumentaram em todo o país.

Neste quadro, partidos políticos como o Congresso Nepalês e o PCN-



Guerrilheiras maoístas no Nepal

Estudantes peruanos param a Universidade de San Marcos



Em maio, cerca de 1000 estudantes fizeram manifestação e entraram em confronto com a polícia em defesa do terreno da universidade que foi cedido pela reitoria para construção de uma rodovia.

Estudantes do Chile combatem lei de Educação de Bachelet



Milhares de estudantes em conjunto com professores em junho e fizeram manifestações contra a nova Lei Geral da Educação da presidente Bachelet que segundo os manifestantes, na essência não tem nada de diferente da Lei orgânica de educação de Pinochet.

UML, que eram culpados de uma sangrenta colaboração com a monarquia e o exército, insurgiram-se contra o rei. A crescente força da guerra popular e a agitação nas fileiras das classes dominantes levaram, em abril de 2006, a uma gigantesca saída de centenas de milhares de pessoas para as ruas em todas as cidades e vilas do Nepal, sobretudo na capital. Isso forçou o rei a levantar o estado de emergência e a restabelecer o parlamento.

Negociações

Nestas circunstâncias, foi declarado um cessar-fogo entre o EPL e o Exército Real do Nepal (cujo nome foi alterado para Exército do Nepal após o enfraquecimento da monarquia). Tiveram lugar várias rodadas de negociações entre os sete partidos políticos legais (sobretudo o Congresso Nepalês e o UML) e o PCN(M).

Acabou por ser anunciado um acordo para se terminar a guerra popular e se formar um novo governo interino para funcionar até as eleições para uma Assembléia Constituinte acertada como centro do acordo. O acordo estabelecia também que os combatentes do EPL fossem colocados em acantonamentos — campos militares instalados em diferentes pontos do país, separados do povo — e colocassem a maior parte das suas armas sob supervisão da ONU. O acordo estabelecia que o governo do Nepal fornecesse instalações decentes e alimentação aos soldados do EPL, mas na realidade esses combatentes têm vivido até então em condições miseráveis. Esta seguia sendo a situação dos combatentes do EPL até as eleições para a Assembléia Constituinte.

Josué de Castro: Grande cientista e honrado brasileiro



“... tem que saber p’ra onde corre o rio, tem que saber seguir o leito, tem que estar informado, tem que saber quem é Josué de Castro,...rapaz!”

Chico Science

Em 5 de setembro de 1908 Josué Apolônio de Castro, filho único, nasceu em Recife para onde a família se mudou refugiando da seca. Com 21 anos formou-se em medicina, no Rio de Janeiro, e voltou ao Recife para exercer a profissão. Foi livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, 1932; Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, 1933 a 1935; Professor Catedrático de Antropologia da Universidade do Distrito Federal, 1935 a 1938; Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1940 a 1964. O médico, geógrafo, professor catedrático, diplomata e escritor teve suas obras *Geografia da fome* e *Geopolítica da Fome* traduzidas em 25 idiomas e se tornou um dos mais conhecidos cientistas brasileiros.

Através de instrumentos teóricos marxistas dedicou sua vida a denunciar um dos temas que se tornou um dos principais “tabus de nossa civilização”, a fome: “Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”. Josué de Castro conheceu de perto a realidade brasileira, cresceu nos mangues de Recife e durante sua vida fez vários estudos sobre a situação de exploração e miséria a que são submetidos milhares de seres humanos. Pioneiro nestes estudos, foi chefe da Comissão de estudos das classes operárias de Recife, publicando na década de 30 o livro *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Anos depois seria membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde, em 1936.

Ele não se limitou em falar da fome de forma parcial. Seus estudos são baseados em análises de todo o conjunto complexo de suas manifestações biológicas, econômicas e sociais. Sua filha, Anna Maria de Castro, expõe de forma clara o que foi a sua vida: “a vida de Josué de Castro foi uma grande lição de engajamento em sua própria realidade, sua própria cultura. Ele procurou desenvolver uma ciência a partir de um fenômeno que é a manifestação do baixo padrão de vida em sua mais dura expressão: a fome, e tentou criar uma teoria explicativa para a triste realidade da negligência, da pobreza, da miséria, buscando modificar a

história de seu país. É este homem que o Brasil de hoje precisa deixar de ignorar.”

Concepção científica da fome

O aumento do preço dos alimentos e, conseqüentemente da cesta básica hoje, apontam um índice inflacionário mais que o dobro que o índice geral da inflação. São monopólios imperialistas que controlam o mercado mundial de alimentos e insumos agrícolas. Impõem o preço que lhes convém já que “alimento é considerado uma mercadoria como qualquer outra”. Com essa escandalosa alta dos preços a situação de miséria e fome em que os povos do mundo vivem só piora e é preciso e mais que necessário, como disse muito bem Anna de Castro, deixar de ignorar este homem.

Josué de Castro compreendeu profundamente como que a fome (a subnutrição e a carência alimentar) é o principal dos males e doenças da humanidade, e é fruto de um sistema injusto arcaico e semifeudal. Diferente dos teóricos neomalthusianos que afirmam que o mundo vive faminto e condenado a uma epidemia de fome porque não se controla a natalidade, invocando a ameaça da superpopulação, Josué ataca esses teóricos: “não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos” e que “trata-se de uma expressão biológica de uma calamidade social”.

Este grande mestre verificou que vivemos em um mundo com alto potencial produtivo capaz de alimentar toda a população mundial, mas que mesmo assim mais da metade destas pessoas passam fome. A dominação imperialista de algumas potências sobre o resto do mundo é a causa deste problema: “os interesses econômicos das minorias dominantes trabalham para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessa que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro de seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. E a dura verdade é que, as mais das vezes, tais interesses são antagônicos.”

Célebre cientista e político brasileiro, personalidade mundial

Diferente da imagem que comumente as classes dominantes tentam passar, Josué de Castro não foi apenas um teórico renomado. Foi um incansável militante político em defesa de seus ideais. Em agosto de 1947, foi nomeado delegado do Brasil para a Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, convocada pela FAO (Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas), órgão que posteriormente presidiria. No mesmo ano, assumiu o posto de membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da ONU. Idealizou e foi presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome, da ONU, em 1960. Nesta época a ONU não era este instrumento do imperialismo para acobertar e legalizar suas ações criminosas contra os povos do mundo. A existência do campo socialista e a vitória do campo democrático contra o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial permitiam que personalidades do campo democrático, como Josué de Castro, ocupassem a direção destes organismos multilaterais. Josué de Castro percorreu o mundo e foi o responsável por imprimir ao tema da fome seu caráter social e não meramente biológico como era tratado anteriormente. Provou que ela é conseqüência deste sistema econômico moribundo ao qual os povos do mundo são subjugados.

Em 1955 Josué de Castro participou, em Recife, do I Congresso Camponês do Nordeste, que contou com três mil delegados e foi um marco na reorganização das Ligas Camponesas. Além da sua ilustre presença neste congresso, ele reafirmou sua convicção de que pôr fim ao latifúndio era questão principal os camponeses e o povo brasileiro. Aliás, este é o primeiro ponto do seu Programa de 10 Pontos de Combate à Fome (quadro a baixo) que propõem também o combate “a monocultura em largas extensões” e o “aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos”.

Semifeudalidade e revolução

Em seu livro *Sete palmas de terra e um caixão*, de 1964, um ensaio sobre a realidade do Nordeste brasileiro, Dr.

O médico e a subnutrição

José de Souza — João Pessoa /PB

Doutor, mais um doente
Está de volta de novo
Não tem remédio que cure
É um homem de nosso povo.
Doente de verminose
Mora a beira do mangue
Seu corpo extenuado
Já perdeu bastante sangue.
Os poderosos com fome de poder
Os pobres sem poder, com fome.
A nação inteira definha
O povo inteiro se consome.
Doutor, responda-me,
Como é que pode ser?
Viver sem se alimentar,
Ou sem as pernas correr.
A arte de sobreviver
É por toda parte
A arte de se morrer
Sem comida nem arte.
Medicina Comprimida
Retorno redobrado
Dieta não-cumprida
De gente sendo finado.
A morte da medicina
É a medicina da morte
Que usa antibiótico
Para um faminto sem sorte.
Não há corpo são
Sendo mal alimentado
Quem não come hoje
Amanhã estará adoentado.
Não há saúde sem pão
Sem pão não há liberdade
Não pode um povo faminto
Ser uma nação de verdade.
Não pode o povo deixar
Um regime deste viver
Precisamos acabar com isso
De encurtar a vida e morrer.
Bom cabrito é o que dá o berro
Chegou a hora do grito e de lutar
Porque somos nós mesmos
Quem vamos nos libertar.
Acabar com o regime da fome
Acabar com o regime da nova
escravidão
Conduzirmos todos a luta
Que nos conduza à libertação.

Josué mostra o profundo entendimento que tinha da realidade brasileira, identificando a existência do latifúndio e as decorrentes relações semifeudais de trabalho como a principal contradição a ser resolvida no país. Josué começa por levantar a discussão historiográfica sobre a implantação ou não do feudalismo no Brasil, especialmente no Nordeste. Contrariando a historiografia burguesa, que advoga a instalação no Brasil de um regime mercantilista, capitalista já, nosso cientista, utilizando-se do único critério válido para a denominação de um sistema econômico – o do modo de produção dos bens materiais necessários à existência de uma sociedade dada – estabelece que aqui, não só foi instalado pela metrópole o feudalismo como, por suas características e pelas pessoas envolvidas na empresa, para cá foi trazido o que havia de mais atrasado em Portugal.

Tal batalha teórica, que se produziu durante boa parte do século XX, teve em Nelson Werneck Sodré um dos mais notáveis soldados partidários da existência da semifeudalidade no Brasil. Os teóricos ligados ao Partido Comunista do Brasil P.C.B. sempre estiveram na vanguarda dessa teoria, apesar de não tirar dela correta síntese que armasse o movimento camponês com uma linha revolucionária. Alberto Passos Guimarães, autor de Quatro séculos de latifúndio, exerceu uma importante influência sobre Josué de Castro na elaboração de Sete palmos de terra e um caixão.

A batalha teórica não é vã, porque, como diz Josué de Castro, a distância entre a definição ou não da existência da semifeudalidade corresponde à distância entre uma prática reformista ou uma prática revolucionária.

Perda dos direitos políticos e exílio

O golpe contra-revolucionário de 10 de abril de 1964 marcou profundamente a vida brasileira e também mudaria a vida de Josué de Castro. Era embaixador do Brasil na ONU, em Genebra, cargo que ocupava desde de 1962 e do qual se demitiu como resposta ao golpe reacionário. O Ato Institucional nº 1 dos militares cassou-lhe os direitos políticos e usurpou-lhe a condição de professor universitário por seu posicionamento político em defesa das reformas de base. Dr. Josué exilou-se na França. Integrou diversas associações e academias internacionais. Faleceu em Paris, em 24 de setembro de 1973, aos 65 anos de idade.

Ao longo de sua vida acumulou uma série de prêmios e títulos, nacionais e internacionais. Entre eles, destacam-se: Prêmio Pandiá Calógeras, 1937; Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, 1946; Professor Honoris-Causa da Universidade de Santo Domingo, República Dominicana,

1945; da Universidade de San Marcos, Lima, 1950; da Universidade de Engenharia, Lirna, 1965; Prêmio Roosevelt da Academia de Ciências Políticas dos EUA, 1952; “Grande Medalha da Cidade de Paris”, 1953; Prêmio Internacional da Paz, 1954; “Grande Cruz do Mérito Médico”, Brasil; “Oficial da Legião de Honra”, França, 1955; e Detentor da “Ordem de Andrés Bello” do Governo da Venezuela, 1968.

Ao publicarmos este artigo sobre Josué de Castro queremos não apenas lembrar o grande cientista brasileiro que foi. Que os estudantes e os intelectuais honestos e democráticos, famintos não de alimentos mas de ciência e transformações profundas neste país, possam se sentir estimulados a saciar seu apetite e seguir esse grandioso exemplo deixado por Josué de Castro e se tornar também um incansável lutador contra a fome, seus males e suas causas.

Programa de 10 pontos de combate à fome

(por Josué de Castro)

- 1 Combate ao latifúndio.**
- 2 Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.**
- 3 Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras que não resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos da refrigeração.**
- 4 Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.**
- 5 Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.**
- 6 Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.**
- 7 Progressiva diminuição, até a absoluta isenção, de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação.**
- 8 Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.**
- 9 Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.**
- 10 Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, o qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra a erosão.**



Livraria Horizonte

Compra e venda de livros usados, raros e jurídicos



Fazemos Encadernações

www.sebohorizonte.com.br

atendimento@sebohorizonte.com.br

3224-0426 / 3273-4599

R. Guajajaras, 180 - Centro - Cep. 30180-100 - BH

40 anos depois: A Edson Luis, saudações revolucionárias!

Edson Luís de Lima Souto nasceu em Belém do Pará, no dia 24 de fevereiro de 1950.

Oriundo de uma típica família pobre paraense iniciou seus estudos na escola estadual Augusto Meira, onde concluiu o ensino fundamental. Devido à ausência de opções de ensino na sua região mudou-se então para o Rio de Janeiro a fim de cursar o ensino médio no Instituto Cooperativo de Ensino que funcionava no edifício do Restaurante Central dos Estudantes, mais conhecido como “Calabouço”.

O Calabouço (apelido dado devido à lenda de que ali teria existido uma prisão de escravos) foi fundado em 1951 instalado no edifício da sede histórica da UNE, no bairro do Flamengo. Mas logo no ano seguinte foi transferido para as proximidades do aeroporto Santos Dumont, exatamente no centro da cidade. Apesar de formalmente administrado pelo Ministério da Educação era a própria União Metropolitana dos Estudantes (entidade secundarista) quem geria as instalações. Desde então, e particularmente durante o ascenso de manifestações estudantis da década de 1960, a história daquele singelo lugar fundiu-se definitivamente com a história do levante da juventude. Manifestações contra o aumento das refeições, a favor da educação pública e logo contra o regime militar fascista e pró-ianque, encontravam ali um verdadeiro centro de preparação e mobilização.

E, claro, seria inevitável que no meio de tão intenso ambiente o jovem Edson se encontrasse com aquele audacioso movimento estudantil, como tantos e tantos jovens de sua geração. Apesar de não ter chegado a tornar-se uma liderança do movimento, Edson Luis nunca abandonou ou hesitou em estar ao lado dos seus colegas sendo um bom exemplo do espírito combativo do conjunto daquela juventude. Ajudava colando cartazes e jornais nos murais, assistindo aos comícios, enfim, porque compreendia muito bem a justiça daquela luta.

Mas um dia, repentinamente e de forma trágica veio ligar seu nome à história.

Luta contra o fascismo

No fim da tarde do dia 28 de março de 1968 mais uma manifestação estudantil ocorria próxima ao Calabouço. Por volta das dezoito horas, a Polícia Militar chegou ao local e tentou dispersar os estudantes que, por sua vez, responderam com paus e pedras. A polícia então recuou mas, temendo que os jovens seguissem com a manifestação e apedrejassem a embaixada ianque (norte-americana) – o que era comum, uma vez que essa é vizinha ao restaurante – logo voltaram e invadiram o Calabouço. Os estudantes resistiram e o confronto instalou-se. Como em todas as manifestações da época, a polícia levava larga desvantagem até que um tiro seco irrompeu no pátio. Subitamente a multidão abre e, no seu meio, jaz morto com um tiro no peito aquele jovem que contava então dezoito anos, chamado Edson Luis. Logo a batalha reinicia, agora pelo corpo do estudante, uma vez que a polícia tentaria sumir com o mesmo. Com fúria e vigor centuplicados os estudantes vencem a batalha e saem pelas ruas da cidade carregando o primeiro estudante assassinado pelo regime militar, seu colega de manifestações, agora já um martir da luta pela liberdade e por um mundo novo sem exploração, opressão, fome e tantas misérias. Um primeiro herói dos estudantes a quem se somaria tantos outros no curso da luta contra a tirania nas décadas seguintes. Um outro estudante, Benedito Frazão, também fora atingido e morreu no hospital.

O executor do crime, o policial militar, chamava-se Aloísio Raposo, comandante da operação. Mas o verdadeiro e maior responsável era conhecido pelos jovens, conhecido e repudiado, era o regime militar fascista e todos os seus asseclas. Tanto que o velório de Edson transformou-se num gigantesco ato de repúdio à repressão e à ditadura militar fascista. Centenas de cartazes foram colados por toda a cidade com palavras-de-ordem como “Bala Mata Fome”? e “Mataram um estudante – podia ser seu filho!”. Compareceram ao enterro 50 mil pessoas e no período que vai do assassinato até a missa

do sétimo dia (2 de abril) ocorreram manifestações em todos os cantos do país. Dois meses depois, no dia 26 de junho, como desdobramento do assassinato de Edson Luis e da escalada da repressão ocorreria outro marco im-



Companheiros de Edson velam seu corpo.

portante daquele ano de 68, a passeata dos cem mil.

Papel revolucionário da juventude

Passados 40 anos daqueles episódios é necessário lembrar e render homenagem àquela juventude que tantas e tão belas páginas de heroísmo e ousadia escreveu. Mas não bastam lembranças e homenagens. É necessário principalmente aprender com seu exemplo e entender que a essência daquele movimento, a fonte de seu vigor e grandiosidade era exatamente a confiança firme de que mais do que lutas pontuais o papel do movimento estudantil é marchar lado a lado do povo brasileiro no caminho da transformação cabal de nossa sociedade, no caminho da revolução no nosso país. E torna-se ainda mais necessário reafirmar e praticar tais princípios quando todos os oportunistas e “ex-lutadores” de plantão utilizam-se da imagem daqueles valorosos jovens para negar e jogar lama sobre o que é essencial em toda sua trajetória.

Não têm faltado “Memoriais do Movimento Estudantil”, “Caravanas” e todo tipo de falsidades realizados com o apoio do mesmo velho Estado responsável pela perseguição e morte daqueles companheiros. Não tem faltado também declarações da Une no sentido de se apropriar daquelas lutas, quando na verdade esta hoje entidade governamental, tudo o que faz é bajular “autoridades” como José Serra, José Dirceu e até o ministro da justiça Tarso Genro, o mesmo que mantém trancados muitos dos arquivos criminosos do regime militar.

Oportunistas e Renegados

Tanto que no dia 28 de março desse ano de 2008, em conjunto com a Secretaria de direitos humanos da Presidência da República e a Prefeitura do Rio, Une/Ubep participaram da inauguração de uma placa em memória a Edson Luis. No ato estavam “personalidades” como Vladimir Palmeira, do PT, que logo disse que

apesar da importância daquelas lutas no passado, o movimento estudantil chegou ao fim. A atual presidente da Une, Lúcia Stumpf, também “exaltou” o jovem Edson, mas fez questão de ressaltar que a realidade de hoje é “diferente” e que os estudantes se mobilizam menos porque “têm menos tempo”. José Dirceu foi outro convidado mas, talvez por medo da massa, não compareceu. A mãe do Edson Luís, a sra. Maria de Belém Souto Rocha, de 84 anos, presente ao ato, pouco falou mas deve ter se surpreendido com aquela gente ali, uma juventude adocicada e rendida, tão diferente de seu filho e seus companheiros em fala, espírito e atitudes.

Mas, muito ao contrário do que predicam renegados e o movimento estudantil institucional-burocrático, o caminho da rebelião e da luta consequente não chegou ao fim e ainda que repetida mil vezes tal mentira não se tornará realidade. O movimento estudantil segue de pé e rebelde como sempre. E não é devido à “falta de tempo” dos estudantes, que a Une é incapaz de mobilizá-los, mas sim, porque a linha conciliatória e oportunista dessa sigla encontra cada vez menos eco entre a juventude. A Une de hoje é a própria antítese daquela União Nacional dos Estudantes da década de 1960. Mais do que nunca devemos celebrar os acontecimentos de 1968 como imagens vivas de que o espírito rebelde é o único capaz de mobilizar a juventude. E que esta, sempre que chamada à luta, responde com energia e entusiasmo. Foi a esse chamado que o estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto respondeu e manter erguido o sonho pelo qual tombou lutando é erguer bem alto a bandeira vermelha da revolução. Levantar a mesma e vermelha bandeira sustentada há 40 anos atrás por aqueles intrépidos jovens é a única verdadeira e sincera forma de homenageá-los e saudá-los hoje, amanhã e sempre. Até que, juntamente com todo o povo, a juventude conquiste, não esse arremedo de democracia purulenta que aí está, mas a sua real libertação!



O velório de Edson transformou-se num gigantesco ato de repúdio à repressão

Viva a juventude rebelde de todo o mundo!